

# QUESTÃO AGRÁRIA EM CAMBURI: TERRITÓRIO, MODO DE VIDA E PROBLEMAS FUNDIÁRIOS

SIMONE REZENDE DA SILVA\*

## **Apresentação da temática**

ESTE TRABALHO é um exercício de compreensão da realidade que envolve o homem, a natureza e a sociedade. Este exercício não traz solução pronta, mas espera-se que contribua de alguma forma para o avanço das discussões acerca do conflito enfrentado pelas *Populações Tradicionais Camponesas*, em cujos territórios foram criadas Unidades de Conservação Ambiental<sup>1</sup>, e que por isso sofrem um processo de expropriação de suas terras, território, modo de vida e conseqüentemente de sua cultura.

\* Aluna do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Área de atuação em Geografia Agrária com ênfase em Populações Tradicionais. Avalizada para o Programa de Becas CLACSO-ASDI para investigadores jovens pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

---

<sup>1</sup> As Unidades de Conservação Ambiental fora do Brasil são denominadas de Áreas Naturais Protegidas, sendo este termo definido pela União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) como “uma área terrestre e/ou marinha dedicada especificamente a proteção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, e a qual é manejada por disposições legais e outros meios efetivos” (IUCN, 1994).

Camburi, um pequeno bairro rural do município de Ubatuba no Estado de São Paulo, é apenas um exemplo de uma situação que acontece com frequência no Brasil e em muitas outras partes do mundo, que é a expropriação das terras camponesas por especuladores imobiliários ou pelo próprio Estado em processos que acontecem de diversas formas, sutis ou explícitas. Muitos exemplos deste processo podem ser mencionados: a expulsão de posseiros<sup>2</sup> de suas terras devido ao incentivo estatal às frentes de expansão de grandes projetos agropecuários na Amazônia brasileira; o deslocamento de populações para construção de grandes obras públicas, como hidrelétricas ou rodovias; ou como no caso de Camburi, populações que tiveram seus territórios transformados em Unidades de Conservação Ambiental, o que as deixa sempre na iminência da expulsão de suas terras e impedidas de manterem seu modo de vida tradicional, levando-as assim, a condenação ao desaparecimento cultural em longo prazo.

Este processo de expropriação devido a sua complexidade e extensão de suas consequências é o eixo desta pesquisa. A investigação abordou os fatores e agentes que levaram Camburi a atual situação de miséria e abandono, assim como as formas com as quais seus moradores se articulam para reverter tal situação.

Desta forma, o entendimento de como ações e agentes externos ao bairro, passaram a interferir no modo de vida<sup>3</sup> de seus moradores, enfocando principalmente os problemas fundiários decorrentes destas interferências e conseqüentes transformações foi um percurso necessário. Pois, mesmo tendo sofrido expropriação material e simbólica de suas terras, ainda há no imaginário dessa população, no fato de sentirem-se daquele lugar, uma intrínseca relação com a terra e com o território<sup>4</sup> que o bairro ocupa para além dos limites físicos.

Embora a população de Camburi tenha um modo de vida diferenciado em relação à sociedade urbana industrial, revelado em seu modo de relacionarem-se socialmente, comercialmente, de relacionarem-se com a natureza e de produzirem, esta população

---

2 Diz-se posseiro o indivíduo que ocupa uma área, mas não tem título de propriedade, ou seja, ele tem a posse de fato, mas não a posse jurídica.

3 Segundo Diegues (1996) trata-se da maneira como determinada sociedade reproduz-se socialmente, como se relaciona interna e externamente, como produz seu sustento, como festeja e cria e mantém mitos e rituais, tudo dentro de sua cultura.

4 O conceito de território adotado neste trabalho é apresentado por Claude Raffestin "Por uma geografia do Poder", São Paulo: Ática, 1993.

mesmo marginalmente é parte integrante desta sociedade mais ampla, denominada por Diegues (1994) como sociedade dominante urbano-industrial. Por esta razão, nesta pesquisa, Camburi foi visto como um bairro rural e seu habitante, o caiçara<sup>5</sup> como um camponês, e que como tal deve ser entendido à luz dos acontecimentos da sociedade dominante, pois é a partir das demandas desta sociedade que os problemas passam a ocorrer em suas áreas marginais, como Camburi.

Desta forma, para entender os problemas enfrentados por esta população tradicional camponesa é necessário partir do processo histórico, no qual a sociedade (a sociedade urbano-industrial) vê-se separada da natureza, ela a usa indiscriminadamente, pois esta nada mais é do que recurso natural disponível para seu bem estar.

Entretanto, num segundo momento, esta mesma sociedade, na iminência da escassez dos recursos naturais e sob a tensão de um modo de vida estressante, por ela mesma adotado, cria para seu usufruto “áreas de natureza intocada”, as chamadas Unidades de Conservação ambiental. Muitas vezes ignorando que essas áreas já eram habitadas por outras populações, as quais em nenhum momento foram informadas, muito menos consultadas acerca do que aconteceria em seus territórios.

No Brasil a maioria das Unidades de Conservação Ambiental foram criadas de modo autoritário, ou seja, sem os devidos estudos físico-naturais e principalmente sem estudos sociais e humanos, acarretando assim problemas de sobreposição de territórios. Este é o caso de Camburi, onde foi imposto o território de uma Unidade de Conservação sobre o território de uma comunidade tradicional.

O trecho no qual encontra-se o bairro de Camburi foi incorporado ao Parque Estadual da Serra do Mar<sup>6</sup> em 1979 sob a designação de “Núcleo Picinguaba”. Este Núcleo deveria ter sido uma exceção a regra, pois seus propositores sabiam da existência das populações tradicionais que ali habitavam e inclusive as usaram como argumento para criação da Unidade de Conservação. Eles acreditavam que as chamadas *comunidades caiçaras* deveriam ser “preservadas” devido ao seu relacionamento harmônico com a natureza. Além disso,

---

5 Caiçara é uma expressão regional de campesinato. Designa o morador tradicional do litoral paulista.

6 O Parque Estadual da Serra do Mar é uma grande Unidade de Conservação Ambiental que recobre os remanescentes de Mata Atlântica do Estado de São Paulo. Ele foi criado em 1977 e hoje tem cerca de 310.000 ha divididos em 14 Núcleos administrativos, Picinguaba é uma desses núcleos que o compõem.

acreditava-se que a criação de uma Unidade de Conservação poria um freio à especulação imobiliária que ocorria na região.

Estas comunidades não foram consultadas acerca desta “preservação”, que na verdade foi um congelamento da paisagem no tempo, mas sem garantias de permanência na terra. Por esta razão os moradores de Camburi vivem com medo de que de repente sejam obrigados a saírem de suas terras. Embora realmente a especulação imobiliária tenha sido freada os problemas fundiários já existentes não foram resolvidos até hoje.

Assim, ações como a do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), que realizou um levantamento fundiário no bairro, causou a princípio, verdadeiro pânico e indignação nos moradores de Camburi. Na ocasião, eles tiveram que provar legalmente que as terras ocupadas por suas famílias há 200 anos eram realmente suas.

Esta situação propiciou um início de reorganização comunitária em torno da “Associação de Moradores de Camburi”. Propiciou também que uma parte dos moradores, principalmente descendentes de negros, requeressessem o reconhecimento das terras do bairro como “remanescente de quilombo”<sup>7</sup>, o que segundo a Constituição do Brasil, garante o direito de permanência nas terras com seu pleno usufruto. Trata-se então de um importante movimento, o qual foi monitorado ao longo desta pesquisa, pois representa a tentativa dos caiçaras de Camburi de fazerem com que o Estado que outrora lhes impôs uma instituição restritiva e destruidora de seu modo de vida, agora autorize a implantação de uma outra que os libere para o desenvolvimento de sua cultura.

## **Populações tradicionais**

A expressão populações tradicionais passou a ser difundida, principalmente durante a década de 90. Ela inspira-se em uma outra, *indigenous people*, forjada durante os anos 60 e 70 nos Encontros internacionais para discussões ambientais promovidos pela IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos

---

<sup>7</sup> Quilombos são as áreas nas quais escravos fugidos instalavam-se, geralmente em regiões isoladas de difícil acesso, onde estavam a salvo dos castigos do cativo e onde formavam aglomerados humanos, verdadeiras vilas. Hoje ainda existem comunidades que permanecem nestas áreas chamadas de remanescentes de quilombos, cujos habitantes são descendentes dos primeiros escravos e são chamados de quilombolas.

Naturais), designando populações etnicamente distintas, desde então passou a ser amplamente usado pelo senso comum, designando várias populações genericamente e de forma ambígua no discurso ambientalista. Até mesmo a Justiça/Poder Público tem usado esta expressão sem o devido rigor.

No caso brasileiro, pode-se afirmar que as populações tradicionais não se constituem apenas de grupos étnicos (indígenas por exemplo). No Brasil, populações tradicionais, como categoria da antropologia, são incluídas entre as chamadas sociedades rústicas, fazendo parte da sociedade dominante, embora muitas vezes de forma marginalizada. Designa, portanto, populações de pequenos pescadores, pequenos agricultores, ribeirinhos, pantaneiros, extrativistas, caipiras, caiçaras, que utilizam em suas atividades de reprodução de seu modo vida, recursos da natureza, sem impacto destrutivo por deterem um conhecimento etnoecológico desta e por dependerem da continuidade dos recursos, seja prática ou simbolicamente para a manutenção de suas vidas.

As populações caiçaras são populações tradicionais, pode-se dizer inclusive que são camponeses, uma expressão regional de campesinato, pois a cultura tradicional não indígena, a das sociedades camponesas não é autônoma, é um aspecto da dimensão da civilização da qual faz parte. Para se manter como tal, a cultura camponesa requer uma contínua comunicação com outra cultura (a nacional, urbana, industrial). Vista como um sistema sincrônico, a cultura camponesa não pode ser inteiramente compreendida a partir do que existe na mentalidade dos camponeses. Neste sentido, a cultura tradicional camponesa é uma expressão local de uma civilização mais ampla (Diegues, 1972).

E, por entendê-las como populações camponesas, é que nesta pesquisa elas são denominadas de Populações Tradicionais Camponesas. Pois, embora tenham suas especificidades regionais, elas pertencem à mesma classe social e sofrem os mesmos problemas, cujo principal deles é a expropriação de suas terras.

## **O conflito entre as populações tradicionais e as unidades de conservação ambiental**

A partir do final do século XIX, devido ao grande avanço tecnológico e à Revolução Industrial, a sociedade, passa a apropriar-se dos recursos

naturais de forma cada vez mais acelerada e ampla, podendo ser denominada de “sociedade dominante urbana industrial”. Diante deste modelo de desenvolvimento adotado por esta sociedade, ela própria dá-se conta da esgotabilidade dos recursos naturais, o que poderia comprometer a manutenção deste “desenvolvimento”, dá-se conta também da necessidade de refugiar-se periodicamente dela mesma, do modo de vida por ela adotado e das paisagens por ela mesma transformadas.

É desta forma que se inicia o processo de criação de “Áreas Naturais Protegidas”, no Brasil chamadas de Unidades de Conservação. E tanto dentro, como fora do Brasil, muitas destas áreas já eram ou são ainda, ocupadas pelas assim chamadas *populações tradicionais camponesas*, que por desenvolverem-se baseadas em outros modelos preservaram, do ponto de vista ambiental, seus territórios. Estas populações foram ignoradas neste processo de criação de Unidades de Conservação, o que acarretou conflitos que se estendem até hoje, pois o Estado não as indenizou para que saíssem destas áreas, tampouco permitiu a continuidade de suas atividades tradicionais, legando a estas populações a ilegalidade e o desaparecimento cultural.

Discussões relevantes, acerca das populações tradicionais surgem a partir das décadas de 60 e 70, ganhando muita força numa perspectiva ecológica. Obtendo maior visibilidade quando um novo ecologismo passou a contrapor-se à antiga, mas não superada, forma de proteção da natureza, que é exatamente a de reserva de áreas de natureza intocada, isoladas, onde o homem deve figurar apenas como visitante.

Estas discussões foram plasmadas em encontros e documentos internacionais nos quais ficaram demonstradas as preocupações com a conservação da natureza ou dos recursos naturais e com as populações tradicionais.

Por diferentes motivos há a defesa das populações tradicionais, alguns por acreditarem na unicidade destas com a natureza; outros por acreditarem que o modo de vida destas populações colabora com a manutenção da biodiversidade<sup>8</sup> (fazem bem à natureza).

---

8 “Biodiversidade ou diversidade biológica é definida como a variabilidade de organismos vivos de todas as origens compreendendo a totalidade de gens, espécies, ecossistemas e complexos ecológicos. A biodiversidade refere-se ao número de espécies vegetais e animais que compõem a vida numa dada região, e a variabilidade inter-espécies que é disponível graças ao arsenal matricial existente” (Vianna: 1996).

Contudo, o centro das preocupações é sempre a natureza e não as pessoas, em momento algum há o questionamento do modo de vida que degrada a natureza e a própria sociedade, da qual os ambientalistas fazem parte.

No Brasil, entre as décadas de 70 e 80, muitas Unidades de Conservação foram criadas ou implantadas. As mesmas foram criadas com objetivo de respeitar cláusulas de conservação do meio ambiente que era uma das condições impostas por organizações como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a concessão de financiamentos para grandes obras públicas. Além disso, o país vivia sob regime militar, cujo autoritarismo repercutiu também na forma de estabelecimento destas Unidades de Conservação. Elas foram criadas “de cima para baixo”, sem que se fizesse as consultas e estudos necessários, nem se levasse em consideração os interesses das populações moradoras encontradas na maioria destas Unidades<sup>9</sup>.

A discussão no Brasil da problemática da relação entre a terra e as populações tradicionais devem ser entendidas segundo Vianna, (1996) sob duas perspectivas históricas.

Numa primeira perspectiva, essas discussões ocorrem no meio de uma perspectiva predominantemente conservacionista, tanto na sociedade civil quanto no poder público, sob a perspectiva da possibilidade de populações ocuparem o território de unidades de conservação restritivas, como parques, estações ecológicas e reservas ecológicas.

Na segunda perspectiva, são os movimentos sociais rurais que aliam essas discussões a questões sociais mais amplas, como a luta pela sobrevivência, concretizada na garantia de acesso aos recursos e à terra, meio de produção.

Entre estas duas perspectivas há uma distinção clara: a primeira engloba as populações tradicionais no discurso ambientalista, e a segunda faz exatamente o inverso, as populações tradicionais se apropriam do discurso ambientalista; nesta segunda perspectiva resulta uma aliança entre populações tradicionais e ambientalistas.

---

<sup>9</sup> Segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, só neste estado 80% das Unidades de Conservação têm populações moradoras.

Independentemente das origens históricas, as duas perspectivas acabam por convergir numa tentativa de organização das populações que moram no interior de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, realizando dois Encontros entre 1994 e 1995. Destes Encontros resultaram dois documentos, nos quais são apontados direitos e deveres dos moradores das Unidades, além de reivindicações e sugestões a serem incorporadas pelo Projeto de Lei que regulamenta o sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC - n.º 2.892/92. Contudo, a versão do referido projeto de Lei, que foi aprovada em 2000, não trouxe avanços nesta discussão, visto que os moradores continuam em situação irregular do ponto de vista fundiário e impedidos de manterem seu modo de vida.

Apesar da mobilização alcançada durante os Encontros, pode-se dizer que muito pouco foi realmente conseguido em favor das populações tradicionais. Pois, tratava-se de populações pequenas, distantes e distintas do ponto de vista cultural. Além disso, a falta de consenso acerca de quem eram as populações tradicionais, permitiu que parte da população local, mesmo os veranistas (pessoas com segunda residência nas Unidades de Conservação), reivindicassem para si, as poucas concessões feitas às populações tradicionais. A utilização desta expressão passou a ser uma brecha para aqueles que queriam permanecer nas Unidades de Conservação.

O principal obstáculo para a continuidade do movimento de organização destas populações, hoje bastante desarticuladas, foi a dificuldade de estruturar uma luta coletiva, o que permitiu a absorção, desta problemática pelo discurso ambientalista.

Este problema não foi enfrentado pelos movimentos sociais rurais, que também incorporaram a expressão *populações tradicionais* e estabeleceram alianças com movimentos ambientalistas. Um exemplo desta situação, é o movimento dos seringueiros amazônicos que a partir da década de 70, dá início a organizações sindicais para garantir seus direitos de acesso à terra e aos recursos da floresta. Em 1985, eles unificaram a luta no Conselho Nacional dos Seringueiros, e apenas fazendo uso do que lhes era apropriado dentro do discurso e das práticas do movimento ambiental, conseguiram criar uma modalidade de Unidade de Conservação a Reserva Extrativista, na qual seu modo de vida estava totalmente adequado.

## **Cultura caiçara, cultura de uma população tradicional camponesa**

Para o entendimento da cultura caiçara se necessita em primeiro lugar que se defina o “caiçara”. Há controvérsias entre vários autores acerca de quem é o caiçara. Pode-se partir de alguns aspectos para a sua definição. Segundo Sampaio (1987) etimologicamente o vocábulo caiçara é de origem Tupi guarani, caá-içara, que se refere aos tocos para prender as canoas próximas às tabas (casa indígena). Outro aspecto pode ser o da localização, por vezes chamado de geográfico, o qual é mais vago, pois este aspecto converteria em caiçaras a todos os indivíduos que nascem e moram no litoral paulista, paranaense e em parte do litoral fluminense. Uma terceira possibilidade é levar em consideração a etnia, quer dizer, partir da descendência vinda da miscigenação entre os brancos (colonizadores), os índios (nativos) e os negros (escravos), o que num sentido mais amplo, corresponde à formação da maioria do povo brasileiro. O último aspecto é o “cultural”, o mais complexo, baseia-se no campo simbólico e material dos habitantes do litoral.

Neste trabalho o caiçara é concebido, tal qual foi visto e sentido durante o contato estabelecido em campo, isto é, como o morador do litoral paulista, fruto da miscigenação de brancos, índios e negros, que herdou destes, costumes, conhecimentos, mitos, tecnologias, técnicas, que num contexto ímpar de contato com o mar e a Mata Atlântica, desenvolveu características próprias. Contudo, essas características não fazem dele um ser totalmente diferenciado ou muito menos isolado. Sua cultura, chamada de tradicional, o coloca, segundo categoria antropológica, como membro das *populações tradicionais camponesas* e estas dentro das *sociedades rústicas*, fazendo parte, ainda que marginalmente, da sociedade dominante.

Raymond Firth no livro *Elementos de organização social* (1974) expressa a necessidade de ampliar o sentido do termo camponês, a fim de abarcar outros tipos de pequenos produtores tais como o pescador ou o artesão rural, os quais participam do mesmo tipo de organização econômica simples e de vida em comunidade. Desta forma então, o caiçara é um camponês, pois se trata de um agricultor e/ou pescador cujo modo de produzir, visa em primeiro lugar o provimento da unidade familiar, utilizando totalmente ou parcialmente o trabalho desta unidade<sup>10</sup>,

---

10 Podem coexistir outras formas de trabalho como a parceria e a troca de dias, e ainda, membros da unidade podem ter trabalho assalariado fora do sítio, complementando a renda familiar.

e cujo excedente da produção é comercializado, para a obtenção dos bens ou serviços que não possa produzir ou realizar e para manter ou ainda aumentar seus meios de produção.

Estudos acerca do modo de vida caiçara em Ubatuba ao analisar sua economia os identificam como camponeses. A economia camponesa dos caiçaras, caracteriza-se pela oposição à economia primitiva das tribos selvagens de um lado e à economia industrial do outro. Em contraste àquelas duas, ela deve responder a lógica do autoconsumo da família e fornecer de alguma forma, uma contribuição à economia global (Marcílio, 1986).

Sendo o caiçara um tipo de camponês, ainda que com suas especificidades de imaginário, costumes e relações sociais, calcados de forma quase simbiótica com a natureza, é necessário entendê-lo enquanto tal: É necessário enxergá-lo de forma mais ampla, “Enfim, é preciso entender o camponês enquanto classe, ou seja, compreendê-lo no contexto da sociedade brasileira em geral”, (Oliveira, 1996: p. 49).

“Cultivador que trabalha a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural. Aqui o conceito é estendido a todos os cultivadores que, através do seu trabalho e do de sua família, se dedicam a plantar e transferir seus excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra. Ao mesmo tempo em que integra um grupo de trabalho familiar, que produz para sobreviver, algum tipo de engrenagem política e econômica encarrega-se de extrair-lhe compulsoriamente os excedentes gerados por sua produção, que garantem a existência de outros grupos sociais não-produtores” (Moura, 1986: p. 13).

No entanto, é necessário analisá-lo não só do ponto de vista de sua produção, mas também sob o ponto de vista de sua cultura. A cultura caiçara, definindo como cultura “modos de viver, sentir, pensar e expressar a vida com uma lógica própria, cognitiva e valorativa de significar o real” (Brandão, 1986 em Calvente, 1993: p. 17). A cultura caiçara, assim como qualquer outra cultura, é dinâmica, tem movimento, transforma-se ou se adequa de acordo com as mudanças ocorridas em seu modo de reproduzir-se socialmente.

Mesmo diante da expropriação, das mudanças que lhe foram impostas, o caiçara, pelo menos o caiçara de Camburi, que é o sujeito deste trabalho, ainda assume-se, identifica-se como caiçara, assim como identifica outros caiçaras, demonstrando um sentimento de cumplicidade, de pertencer ao mesmo bairro e partilhar códigos, saberes, um modo semelhante de enxergar a vida e também os

problemas, como conta este caiçara de Camburi: “Nós somos caiçara, caiçara nascido e criado na terra. Tem que nasce na terra pra entendê dela. Nós conhece tudo aqui. Um caiçara legítimo tem que nascê aqui no litoral, tem que entendê a vida daqui, os costume do seu lugá. Não adianta nasce na praia e se dizê caiçara, tem que entendê das planta, dos bicho, da roça, da pesca, das nossa comida. É que nem assim, vamo dizê, se você pedi pra um caiçara daqui, pra fazê um azul marinho e ele dissê que não sabe ou num fizé direito, não é caiçara. Esse povo que vem morá aqui, nunca vai ser caiçara, porque é que nem se eu ia morar em qualquer lugar, eu nunca vô deixá de ser caiçara, meu mundo é esse aqui e vai comigo pra onde eu for. Mas, eu não vou saí não. É por isso que esses turista faz essa bagunça aqui, porque eles são assim, o mundo deles é assim e nós é que paga o pato” (Moisés, caiçara de Camburi)<sup>11</sup>.

É principalmente no choque entre culturas, que há a afirmação delas. O auto-reconhecimento, no caso de Camburi, como relata Moisés, é fruto do contato conflitivo entre modos de vida completamente distintos, ou seja, da população caiçara e da população urbana industrial. Trata-se de um processo dialético, pois ao mesmo tempo em que o caiçara de Camburi distancia-se, compulsoriamente ou não, de elementos de sua cultura, devido às intervenções do poder público e ao contato mais intenso com a sociedade urbana industrial, devido ao turismo, ao mesmo tempo ele passa enxergar as diferenças e auto afirmar-se diante delas.

## **Os caiçaras de Camburi e sua origem**

A formação do dos bairros rurais<sup>12</sup> de Ubatuba, inclusive o Camburi, está direta ou indiretamente ligada às oscilações econômicas sofridas por todo o Litoral Norte paulista, durante os ciclos econômicos do ouro, café e cana do açúcar<sup>13</sup>. No século XVIII, como tentativa de

---

11 As falas de caiçaras de Camburi utilizadas nesta pesquisa, são fragmentos de depoimentos recolhidos, utilizando-se a técnica de história de vida, estes foram transcritos tais quais foram falados e ouvidos, mantiveram-se eventuais erros gramaticais, pois estes constituem-se marcas de fala destas pessoas.

12 A definição de bairro rural encontra-se amplamente discutida em Candido, (1971) *Os parceiros do rio bonito*. É esta concepção de Bairro Rural adotada neste trabalho.

13 Apesar da grande importância do entendimento dos ciclos econômicos e de sua influência no estabelecimento de relações sociais, esta questão não será aprofundada, pois neste trabalho não se

racionalização da agricultura, e na tentativa de integrar a periférica Capitania Paulista ao circuito mercantilista, foram introduzidas ou intensificada em Ubatuba, culturas de interesse do sistema colonial. “O que determinou a partir de então, uma estrutura fundiária diversificada, onde pequenas e grandes propriedades justapunham-se, marcando uma diferenciação social mais nítida numa sociedade ainda sem classes” (Marcílio, 1986: p. 20). Pode-se dizer também que os pequenos sítios eram a retaguarda econômica das zonas de engenho, portanto, muito importantes na manutenção da estrutura vigente.

No início do século XIX na área hoje ocupada pelo bairro de Camburi, havia a Fazenda Cambory, onde funcionava um engenho de cana, que usava mão de obra escrava. O dono da fazenda era Manuel de Oliveira Santos, migrante português, que devido à crise da indústria açucareira no início do século XIX, teria abandonado suas terras e escravos, estes escravos teriam dado origem às famílias do bairro de Camburi. Contudo, nos relatos orais acerca da origem do bairro, nunca foi mencionada tal fazenda ou confirmados tais acontecimentos. Os caiçaras de Camburi têm seu próprio mito de formação do bairro.

“Os mitos são narrativas que descrevem a origem do mundo, a origem do homem, o seu estatuto e a sua sorte na natureza, as suas relações com os deuses e os espíritos. Mas os mitos não falam só da cosmogênese, não falam só da passagem da natureza à cultura, mas também de tudo o que concerne a identidade, o passado, o futuro, o possível, o impossível, e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração. Transformam a história de uma comunidade, cidade, povo, tornam-na lendária, e mais geralmente, tendem a desdobrar tudo que acontece no nosso mundo real e no nosso mundo imaginário para os ligar e os projetar juntos no mundo mitológico” (Morin, 1986 em Diegues, 1994: p. 47).

Os relatos orais sobre a história da formação do bairro, apontam que o bairro teria sido formado a partir de três famílias Ego<sup>14</sup>, sendo que a primeira teria sido de escravos fugidos de uma fazenda em Paraty. Estes relatos são feitos com grande emoção e orgulho, pois falam das dificuldades que os ancestrais tiveram para

---

deseja relatar a história passada de Camburi e sim fazer uso dela para entender a história atual do bairro. Para melhor entendimento dos ciclos econômicos em Ubatuba ver Marcílio (1986).

14 Famílias Ego, são aquelas das quais descendem todas as outras numa comunidade ou população.

chegar até ali, e da coragem e bravura destes. Há inclusive, a referência constante por parte dos moradores de Camburi a “Josefa”, que segundo os relatos dos moradores do bairro é, “*uma negra valente*”, escrava fugida de alguma fazenda de Paraty. Ela teria morado com seu bando, também de escravos fugidos, em uma gruta no morro, “a toca da Josefa”<sup>15</sup>, como é conhecida por todos até hoje, como relata este morador do bairro: “Aqui tem uma toca que trata da Josefa, é aqui mesmo em cima do morro. Ainda tem carvão lá do tempo da escravidão. A Josefa foi uma escrava saída da tribo de Paraty, que saiu fugida com seu bando. Eles vinham pescá aqui na praia, tirá marisco das pedra. Foi na época da escravidão” (Fernando, caçara de Camburi).

A partir de Josefa e seus descendentes teria surgido a família dos Basílio, uma das famílias Ego do bairro, que estariam ali a pelo menos 190 anos. Logo em seguida vieram os Bento, no bairro a pelo menos 140 anos, também descendentes de negros, porém, já com uma mistura com brancos na segunda geração que nasceu no bairro. Manuel Bento era um escravo em Paraty, seu filho também Manuel Bento, nasceu livre (no Camburi); este teve vários filhos entre os quais José Bento. A família trabalhava em um engenho de cana próximo a Ubatuba (Vila), mas morava no Camburi. José Bento conheceu Maria Abreu, filha do dono do engenho e casou-se com ela. Segundo o “Inglês” (morador do bairro, hoje com cerca de 70 anos), que é filho de José Bento e Maria Abreu, “meu pai era nego e minha mãe branca de olho azul”, o que explica seu fenótipo: branco de olhos azuis e de cabelo crespo. Tempos depois chegam os Firmino, descendentes de índios vindos de Trindade; segundo os relatos destes descendentes os Firmino estão no bairro a pelo menos 90 anos.

A análise dos relatos dos moradores de Camburi e diante do fato destes nunca terem mencionado a tal Fazenda Cambory, revela que “A memória do grupo parece estar construída no patamar da liberdade e não da opressão” (Mansano, 1998: p. 33). Suas referências são sempre aos antepassados valentes e desbravadores, que conheciam os segredos das matas e do mar. Também é provável que os escravos que por ventura foram abandonados por Manuel de Oliveira Santos, tenham ido para outro lugar. Pois, fato é que, não há registros

---

15 A toca da Josefa é um abrigo encaixado entre grandes rochas em um morro bastante íngreme do Bairro, que serviu de moradia para Josefa, a primeira moradora do bairro de Camburi.

documentais ou relatos sobre estes escravos. Assim, uma versão não anula a outra.

De qualquer forma, de acordo com os relatos orais dos moradores de Camburi e por seus fenótipos, encontramos na gênese do bairro negros, índios e brancos. A intensa miscigenação ocorrida em quase 200 anos de permanência naquela área produziu uma cultura e um modo de vida particular. A herança dessa mistura pode ser percebida até hoje, na fala coloquial dos caiçaras de Camburi, principalmente dos mais velhos, que usam expressões antigas como braça<sup>16</sup>, Réis<sup>17</sup>, litro para farinha, o uso freqüente da 1ª e da 2ª pessoa do plural, a troca da letra “V” pela “B”, as quais denotam as influências portuguesa e negra.

Assim como a confecção de utensílios como cestos, tipitis<sup>18</sup>, esteiras, colheres, fruteiras, gamelas, utilizando madeiras, cípós, fibras e outros materiais, a confecção das canoas em madeira, o modo de cultivar a terra, praticando a coivara e o pousio florestal<sup>19</sup>, o modo de produzir a farinha de mandioca, são heranças indígenas, com influências negras e portuguesas.

Tanto a herança dos antepassados, quanto seu aprimoramento pelo constante aprendizado dia a dia, construíram um modo de vida próprio, caracterizado por suas relações sociais, por seus hábitos alimentares, por seu trabalho, etc.

## **Formação territorial de Camburi**

Nesta pesquisa Camburi foi analisado como um bairro rural, pois segundo os relatos orais dos caiçaras, desde quando escravos fugidos fixaram-se ali, e posteriormente com a chegada de outras famílias, eles passaram a cultivar a terra e a pescar, dando início a um aglomerado, solidário e com fortes vínculos familiares. Portanto, um bairro rural, consiste no “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades

---

16 Braça é uma unidade de medida, uma braça equivale aproximadamente a um metro e oitenta centímetros.

17 Réis refere-se a uma moeda vigente no Brasil no início do século passado.

18 Tipitis são cestos, onde é colocada a farinha de mandioca ainda em caldo, para eliminar ao excesso de água.

19 Coivara e pousio florestal são a queima de um trecho de mata para o plantio e o posterior descanso da terra antes de um novo cultivo.

lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar a tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega” (Candido, 1964: p. 62).

A formação do bairro acontece por meio do uso libertário da terra, de espaços dos quais seus antepassados, agricultores/pescadores iam se apropriando em uma relação dialética com a natureza, que ora era a amiga, mãe provedora das necessidades, ora a entidade que não devia ser desafiada, pois podia tornar-se inimiga (muitas chuvas, mar agitado, pragas). Contudo, sua relação com a terra era quase simbiótica, seu modo de vida incorpora a dimensão de respeito à natureza, e isto não quer dizer, que eles não a usassem, muito pelo contrário, é por meio do uso concreto ou abstrato de um espaço, que este se territorializa.

“Assim, é essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. (...) o território nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993: pp. 143-144).

E nesse processo de territorialização, a luta para continuar a existir, para exercer plenamente seu modo de vida, cuja produção está calcada na unidade familiar e prioritariamente para seu provimento, esses pequenos agricultores/pescadores que se fixaram em Camburi, tiveram que se confrontarem com os grandes fazendeiros de café e de cana da região, que produziam para exportação, usando mão de obra escrava. Segundo a memória do “tempo dos antigos”, que é como eles se referem aos tempos passados e saudosos, o importante era manter a liberdade do trabalho e da vida.

A configuração dos limites físicos do bairro, aconteceu pela diferença entre modos de vida de grandes fazendeiros e caiçaras. A apropriação dos espaços não se deu apenas pelo uso direto e contínuo destes espaços, por meio de moradias e roças<sup>20</sup> etc. Mas também pelos usos esporádicos, quando da caça e extração de produtos da mata; pelo uso indireto, pois as nascentes dos rios que eram utilizados na

---

20 Roça é o termo usado pelo caiçara para referir-se a área de plantio.

baixada, foram incorporadas ao território, e pela dimensão simbólica e mítica destes espaços, que habitam o imaginário dos caiçaras de Camburi. Portanto, de uma forma ou de outra, este caiçara territorializou esses espaços.

A ordenação territorial do bairro de Camburi, em virtude das muitas interferências que este sofreu nos últimos 40 anos, mudou enormemente. Primeiro existiam os fazendeiros, depois vieram os especuladores imobiliários atraídos pela construção da Rodovia BR 101, a qual dividiu o bairro ao meio e posteriormente vieram as proibições impostas pela implantação de uma Unidade de Conservação Ambiental, o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, e contra todos esses agentes e ações o modo de vida caiçara ainda tenta se impor, em usos secretos de seu território, que foi fragmentado e normatizado.

Principalmente a proibição da agricultura, tem papel fundamental nestas mudanças, visto que era em torno desta atividade que a vida no bairro desenvolvia-se. Uma caiçara de Camburi conta um pouco de como era essa ordenação do bairro no “tempo dos antigo”: “A casa era que nem tem muitas ainda, de pau a pique só que o telhado era sapê, ficava perto do rio, a minha inda tá, e a cozinha era virada pro rio, que era mais fácil de lavá, de pegá água, tomá banho essas coisa. Em volta da casa tinha terreno sempre limpo para evitá as cobra, vira e mexe aparece. Tinha mais planta perto de casa, as vezes umas rocinha de banana, uns pé de café, planta de remédio, todo mundo sabia usá. Tinha também criação de animais, ficava no quintal mesmo, só que mais afastado da casa, devido ao mau cheiro dos animais. A gente criava geralmente, porco em chiqueiro feito de madeira do lugá ou bambu e galinha nuns galinheiro era cercado com rede de pesca que não servia mais e uma casinha de pau a pique pras galinha botá seus ovo, tem muita gente que inda faz assim. As vezes as roça era perto, no sítio ou na encosta. Naquele tempo num tinha cerca nenhuma por aí, agora não dá .Cada um sabia onde era suas roça e respeitava o plantio do outro” (D. Justina, caiçara de Camburi).

Em geral, depois de casados os filhos moravam próximos aos pais, formando assim, um pequeno aglomerado familiar. Os sítios de quase todos no bairro ligavam-se por trilhas e caminhos, um verdadeiro emaranhado, que os moradores conheciam bem. Então, passar em um sítio “amigo” no caminho de casa, para um “dedo de prosa”, era um hábito. Ainda hoje muitos caminhos existem, e há, é claro, sociabilidade entre os moradores, contudo, em proporções reduzidas.

A praia era o lugar da máxima sociabilidade, o lugar do encontro, pois era dela que saíam as canoas que transportavam os moradores e seus excedentes de produção até a Vila de Ubatuba ou Paraty, como conta este caçara: “Naquele tempo na praia só tinha uns rancho de pesca<sup>21</sup>, mais a turma era unida, se encontrava aqui, que era daqui que ia pra Ubatuba, se não ia de pé por trilha e ia junto também. Esse matinho perto do mar, bem ali, onde agora o povo põe as tal barraca, era viçoso, num tinha casa aí na beira, modo de que a moça sabe, no inverno o mar fica uma brabeza só e avança té ali em cima. As casas ficava mais ali pra trás, quem morava ali, tinha roça ali mesmo. Do lado de lá da barra só tinha o sítio do pai do Genésio (lado esquerdo de quem está de frente para o mar), olha só... o pai do Genésio que hoje é um velho igual eu, faz tempo mesmo!” (S. Zé Lúcio)

Com a construção da BR 101, em meados da década de 70, o bairro foi cortado ao meio, o que sem dúvida interferiu no uso de determinados espaços do bairro, e a sociabilidade entre os moradores também foi alterada. A rodovia é uma linha demarcatória, com sua construção se produz uma divisão do território, o que implicou um paulatino abandono de uma importante porção de terra, pois já naquela época havia poucos moradores ali. Mas, é a partir da criação do Parque Estadual da Serra do Mar, que as relações dos moradores com seu território são realmente alteradas, pois quase todas as suas atividades foram proibidas.

A proibição da agricultura muda drasticamente a paisagem do bairro: “antes, até uns 10, 15 anos atrás pra qualquer lugá que você olhasse tinha roça, agora só tem esses morro sem nada, essa capoeirinha, mas num pode plantá” (Moisés, caçara de Camburi).

Ao utilizar menos “o lado de cima da estrada”, que é como os moradores referem-se à parte superior do bairro, cortada pela Rodovia BR 101, este espaço está deixando de fazer parte do território do bairro, pois mesmo havendo ainda no morador de Camburi uma identidade muito forte com o bairro, com suas origens, com a terra e continuando a fazer usos secretos, por meio de rocinhas clandestinas, extração de palmito, cipós etc, quando muitas vezes são multados “por crimes ambientais”<sup>22</sup>, o caçara de Camburi está disposto a abrir mão deste espaço estrada acima.

---

21 Rancho de pesca é uma pequena casa (de um cômodo) na beira do mar, na qual o pescador guarda sua canoa e demais utensílios de pesca.

22 A legislação ambiental brasileira criminaliza as ditas ações contra o meio ambiente.

Esta intenção, a de abrir mão do território “estrada acima”, foi incorporada em um zoneamento preliminar feito pelo Núcleo Picinguaba em 1992, no qual a proposta dos moradores era que da estrada para cima fosse considerada área de preservação permanente e que para baixo fosse área de ocupação tradicional, como relata este caiçara: “Eu acho que Parque devia de ser do lado de cima da estrada, da BR, na verdade lá sempre foi mata, de certo que nós usávamos, quer dizer, vez em quando sobe, pega uns palmito, coisa pouca. Mas é difícil andá nesses lugares, é uma pirambera só e os novo não tão interessados em aprendê essas coisa. Aqui sim, aqui é um bairro, tem que tê moradia, banheiro, roça. Se os florestal deixasse nós sossegado aqui tava tudo bem. Mais veja que sendo parque, algumas das nossas nascentes, que estão do lado de cima da estrada, não ia ser mexida e a água não ia faltá aqui” (Celso, caiçara de Camburi).

Contudo, os cenários, os espaços do bairro povoam o imaginário e as recordações dos moradores, como quando contam sobre sua antepassada “Josefa”, que viveu numa toca no alto do morro. No momento em que o caiçara se reporta a estas dimensões do imaginário e das recordações, os espaços que ele está proibido de usar continuam fazendo parte de sua vida. E há também a preocupação em continuar tendo acesso à água provinda de nascentes no alto do morro. Inclusive, o acesso às nascentes foi um dos motivos para a incorporação destas áreas tão íngremes ao território do bairro pelos antepassados dos moradores de Camburi.

A vida do bairro hoje está concentrada abaixo da rodovia (entre o mar e a rodovia) e há um uso intenso desta parte do território com roças hoje clandestinas devido às proibições ambientais impostas pela criação da Unidade de Conservação. Nos quintais há cultivo de várias plantas medicinais, ornamentais e frutíferas, além ainda das vegetação de mata de encosta e restinga, de onde os caiçaras coletam variados materiais clandestinamente e há também as capoeiras, que em geral são antigas roças abandonadas. Na impossibilidade de uso pleno de seu território, o caiçara de Camburi prefere abrir mão de parte dele “estrada acima”, para garantir, ao menos, algum uso “estrada abaixo”. Trata-se de um processo contraditório, mas fato é que, o caiçara de Camburi procederia desta maneira se pudesse ter de fato, seu território “estrada abaixo”.

Contudo, o zoneamento proposto pela população de Camburi foi reelaborado pela administração do Núcleo Picinguaba, mas esta foi apenas uma proposta do poder público que criou expectativas e posteriores frustrações aos moradores de Camburi, pois nada foi realizado. A administração do Núcleo Picinguaba engavetou o projeto, por não assumir uma postura firme e definida diante dos problemas que as populações tradicionais camponesas moradoras desta Unidade de Conservação enfrentam cotidianamente.

Um outro aspecto da ordenação do território de Camburi é a sua fragmentação indireta, também conseqüência de construção da Rodovia. Esta indiretamente causou outros problemas, pois o acesso facilitado, a vinda dos especuladores imobiliários e dos turistas, mudou a configuração dos sítios<sup>23</sup>. Pois quando os caixaras vendiam seus sítios, logo formavam outro cada vez mais distante da praia, cada vez em áreas mais íngremes. Hoje os sítios estão muito próximos uns dos outros, pois a opção de áreas novas foi ficando cada vez mais restrita e agora eles resumem-se na casa e uma pequena área ao seu redor.

Ao longo do curso do rio da Barra, concentraram-se várias casas e sítios, formando assim, o que se conhece hoje como “a favela”, uma nítida incorporação de um termo urbano, trazida pelos que vieram de fora. Na verdade ela não se parece em quase nada com a favela urbana, fora o fato de parte dela estar em uma área bastante íngreme. Entretanto, assim como o morador da favela urbana é discriminado pelo restante da cidade, o morador da favela de Camburi, é discriminado em relação ao morador da praia. Mas, este, assim como tantos outros, não são fatos explícitos, eles só tornam-se visíveis depois de um longo tempo de convívio e entendimento do histórico de desagregação dos moradores de Camburi.

### **O modo de vida, cotidiano de Camburi e posteriores transformações**

Os relatos apontam que, desde a origem do bairro, a atividade principal dos moradores de Camburi era a agricultura e secundariamente a pesca, ainda que existissem outras atividades como a extração e a caça, todas estas voltadas para o próprio provimento e desempenhadas pelo

---

23 Sítio refere-se ao terreno em volta da casa, no qual eram realizadas as atividades cotidianas como a roça e a criação de animais.

grupo familiar. O trabalho nestas atividades era distribuído segundo as habilidades e possibilidades de cada um, e divididas ao longo do ano, num calendário que grosseiramente tinha duas partes, como chamam os caiçaras “o tempo frio e o tempo quente”.

O tempo frio que ocupava os meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro, era o tempo de preparar a terra, fazer a coivara e plantar, ainda muitas vezes o plantio da mandioca e do milho estender-se nos meses de outubro e novembro. Era um trabalho pesado, praticado principalmente pelos homens, mas que contava é claro com a ajuda feminina, com exceção da coivara, considerada a fase mais insalubre do processo.

O tempo quente que ocupava os meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, era o tempo de pescar e colher. A pesca era a única atividade essencialmente masculina, pois às vezes ela exige uma ausência prolongada de casa (para aqueles que trabalham embarcados nesta época), e também por acreditarem em superstições e lendas que dizem que mulher no mar atrai mau agouro. Entretanto, enquanto os homens pescam, as mulheres cuidam praticamente sozinhas dos sítios.

Apesar de não haver uma divisão muito rígida do trabalho, havia momentos nos quais esta separação ocorria. As atividades de produção da farinha, as atividades domésticas (lavar, cozinhar, cuidar das crianças) cabiam em geral às mulheres, assim como cuidar das criações e das plantas do quintal (geralmente medicinais e pequenas roças).

Começava-se a trabalhar cedo, em geral aos 10 anos de idade, as crianças já acompanhavam seus pais na roça ou em outras atividades, onde iam aprendendo o trabalho e a enxergar a vida como um caiçara. Quando a mãe estava na roça, sempre um dos filhos ou filhas mais velhos ficava em casa para cuidar dos irmãos pequenos e do restante das atividades. Havia casos também, de um ou mais filhos saírem do sítio para trabalhar em outra atividade nas cidades, garantindo assim, outras formas de renda familiar.

Quando um filho ou filha casava-se, sua casa<sup>24</sup> era construída próxima a de seus pais, portanto ele ou ela recebia a área de moradia, diferentemente da área de roça que não era recebida dos pais, e sim, era aberta uma nova área para a nova família. Contudo, muitas vezes

---

24 A casa era, até bem pouco tempo, de pau a pique (esteios de madeira revestidos com barro) e cobertura de sapê (capim longo e resistente, seco era colocado em tufo). Hoje quando há permissão para reformas ou construções, ou mesmo quando estas são clandestinas, são feitas em alvenaria.

algumas atividades eram comuns, como a das criações de animais ou as de produção da farinha.

Além das relações de produção serem centradas na unidade familiar, num conjunto mais amplo as relações entre as famílias eram marcadas pela amizade e solidariedade, o que gerava um sentimento de pertencimento àquele lugar, àquele bairro. Desta maneira, a forma de produção em Camburi podia ser denominada *camponesa*, pois o trabalho não era uma mercadoria e dependia de conhecimentos acerca dos ciclos da natureza. Porém, os caiçaras estabeleciam relações com os centros próximos (Ubatuba e Paraty), para negociarem seus excedentes e comprar o que não podiam produzir, como o querosene, tecidos, sal, etc., e além é claro das relações de amizade que mantinham com moradores de outras praias e sertões<sup>25</sup>.

“Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, dentro desta perspectiva, são aquelas que se desenvolveram dentro de modo de produção mercantil. Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho como a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria)” (Diegues, 1994: pp. 73-74).

## **O tempo de plantar, a agricultura e a produção de farinha de mandioca**

A agricultura que era praticada em Camburi caracterizava-se principalmente pela rotação de terras, que consistia na derrubada de um trecho de mata próxima às casas ou nas encostas dos morros, geralmente de 1/4 a 2 hectares, em seguida era realizada a coivara, que é a queima controlada por asseiros (montes de areia) deste trecho de mata, e posterior cultivo de produtos como a batata doce, inhame, banana, abóbora e principalmente a mandioca. Quando a produtividade

---

<sup>25</sup> Sertão é como o caiçara refere-se às áreas mais distantes do mar, mas que fazem parte dos bairros. Tratava-se de uma divisão bastante subjetiva, contudo, após a construção da Rodovia BR101 os sertões passaram a ser a parte do bairro que se localiza para além da Rodovia.

caía, produto do esgotamento do solo, a área era abandonada, era o pousio, que durava cerca de 15 anos.

Este sistema de cultivo, que em princípio parece rudimentar e agressivo ao meio ambiente, adequava-se perfeitamente às condições físicas do bairro, pois como a planície é estreita, as encostas sempre foram utilizadas para cultivo. A alta declividade (de 25 a 45 graus) aliada às freqüentes chuvas, ocasionavam um rápido lixiviamento do solo. Além do mais, o solo arenoso e pouco fértil, para ser cultivado com sucesso, necessitava da nutrição conseguida pela queima de matéria orgânica (a coivara). Hoje se sabe que a agricultura de rotação de terras em áreas florestais, nas proporções adequadas, favorece a biodiversidade destas áreas, quando estas passam para a fase do pousio. O que os caiçaras, assim como outras populações tradicionais, já sabiam empiricamente.

A agricultura praticada em Camburi, assim como muitas outras de suas atividades, estava intrinsecamente relacionada com as condições e ciclos da natureza, como conta este caiçara: “Nós plantava de acordo com a lua, tem lua certa para tudo. É anssim, na Nova, é bom plantá o que dá debaixo da terra, se plantá no quarto crescente dá rápido, cresce num instante, na cheia e na minguante não é época de plantá. Para colhê depende, no quarto crescente é bom tirá mandioca mansa que cozinha rápido, tá cheia de água, na minguante é bom tirá mandioca brava para fazê farinha, que ela tá seca” (S. Carmo).

Ao cultivo da mandioca associava-se a um outro costume tipicamente caiçara: a produção artesanal de farinha de mandioca, uma herança indígena, com influências portuguesas<sup>26</sup>, que é realizada quase sempre pelas mulheres. O lugar de produção da farinha é chamado de “casa de farinha”, em geral, um pequeno cômodo ligado ou não à casa. Os instrumentos utilizados na casa de farinha são feitos também artesanalmente. A mandioca (a raiz) é lavada e ralada, depois é colocada em tipitis, que são cestos feitos de cipó timumpeva, onde a farinha é colocada para que o excesso de caldo seja retirado (ácido cianídrico) nas prensas esculpidas em madeira e finalmente é colocada no tacho de cobre do forno de barro, que segundo as caiçaras, é a etapa mais desgastante do processo, pois elas ficam num calor intenso, as vezes com muita fumaça.

---

26 Alguns equipamentos foram introduzidos pelos portugueses no processo de produção da farinha, como o fuso e o tacho de cobre.

A mandioca utilizada na produção de farinha é a *Manihot utilissima*, ou “*mandioca brava*”, como é conhecida popularmente no bairro. Todo o processo de produção da farinha, do cultivo da mandioca até o forneio<sup>27</sup> da farinha, era realizado pelo grupo familiar. Sendo a farinha um dos produtos básicos na alimentação caiçara, essa atividade sempre foi tida como prioritária para o grupo. Além do mais era um importante marco de sociabilidade entre os caiçaras. Quando devido a uma boa colheita havia a possibilidade de produzir farinha em grande quantidade, requeria-se o auxílio dos amigos e parentes dos sítios vizinhos, estas ocasiões eram conhecidas como “*farinhadas*”, pois a ajuda resultava sempre em festa, principalmente quando a farinhada ocorria com objetivo de vender a farinha para comprar enxovais e para custear a festa de um casamento.

Com a implantação do Núcleo Picinguaba, estas atividades tornaram-se menos freqüentes. A princípio os caiçaras poderiam continuar cultivando as áreas que já eram de roças quando da implantação do Núcleo, contudo, não puderam mais rotacionar os solos, o que inviabilizou sua agricultura, pois com um solo desgastado a produtividade caía vertiginosamente, não compensando o trabalho.

Essas proibições levaram ou aceleraram transformações nos costumes. A impossibilidade do cultivo da terra e a não produção da mandioca por exemplo, praticamente extinguiu a produção de farinha no bairro e junto com ela todas as atividades e festejos a ela associados. Existe apenas uma casa de farinha em atividade em Camburi, pois a mandioca cultivada clandestinamente é insuficiente para produção de farinha, a qual agora é comprada fora do bairro.

O caiçara de Camburi que foi proibido de continuar praticando a agricultura tradicional (dentro de sua cultura), não foi auxiliado a desenvolver outras formas de cultivo, compatíveis com a manutenção dos ecossistemas.

Ainda hoje, quando pesquisas acerca de agriculturas alternativas, de manejo biológico, estão bastante avançadas, e portanto se poderia tentar formas de compatibilizar a conservação dos ecossistemas e o desenvolvimento desta, assim como de outras populações, as propostas que envolvem agricultura e outras formas de manejo de florestas, não são bem vistas dentro das Unidades de Conservação, como o Núcleo Picinguaba, que prefere incentivar

---

27 Forneio é quando a farinha é torrada em um tacho de cobre.

atividades ligadas ao turismo para amenizar os problemas das populações moradoras

Mesmo diante deste quadro desfavorável para agricultura, alguns moradores mantêm pequenas roças “clandestinas”, insuficientes para o próprio provimento familiar. Estas roças são conhecidas pela administração e por funcionários do Núcleo Picinguaba, que não tem uma postura definida a respeito do assunto, ora fingindo não saber das roças e de outras atividades dos caiçaras, ora atuando em conjunto com a polícia militar florestal em represálias aos moradores.

### **O tempo da pesca**

A pesca em Camburi era, para a maioria dos moradores, uma atividade complementar às atividades ligadas à agricultura, que ocorriam o ano todo.

Contudo, na agricultura as atividades que exigiam maior dedicação concentravam-se nos meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro, que era chamado pelos caiçaras de “*o tempo frio*”. Nos meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, chamados de “*o tempo quente*”, era realizada a pesca, que assim como a agricultura, era realizada pelo grupo familiar, e para o provimento deste, somente os excedentes sendo comercializados.

No “*tempo dos antigos*” como costumam dizer os caiçaras de Camburi, os excedentes eram conservados em sal, num processo chamado de “*salga*”, transportados em canoas para o porto de Ubatuba ou Paraty (centros comerciais mais próximos). Nesta época (até as décadas de 60 e 70 do séc. XX) eram os próprios pescadores que levavam os peixes para o comércio, por esta razão e porque não era possível congelá-los, a salga era realizada. As idas ao comércio eram semanais ou quinzenais, dependendo da quantidade de peixe. Nestas ocasiões, aproveitava-se para comprar os produtos que não podiam ser produzidos nos sítios. Pode-se então, afirmar que os caiçaras de Camburi eram “agricultores pescadores”, já que combinavam as duas atividades num complexo calendário anual, intrinsecamente ligado aos ciclos da natureza.

Diegues (1983), analisando a produção das populações caiçara do litoral norte de São Paulo, faz uma inversão de ordem, referindo-se a estas populações como de “pescadores lavradores”: “Os pescadores

lavradores exploram um ambiente ecológico extremamente limitado, constituído, no litoral norte de São Paulo, de enseadas e baías fechadas. São pescadores de praia, onde utilizam pequenas redes, como tresmalho, pequenos arrastos, a tarrafa e também a linha de mão. A canoa a remo não lhes permite ir muito longe. Os camaradas se reúnem para pescar em sociedade, uma unidade doméstica que pode reunir seja membros de uma mesma família (pais e filhos), seja membros de família diferente, mas pertencentes a uma mesma praia ou povoado”.

A produção do caiçara, tem também essas características. Entretanto, de maneira geral, quando este fala de suas atividades, prioriza a terra, a agricultura. Por esta razão mantém-se neste trabalho a denominação de “agricultores pescadores”.

Camburi já foi um dos melhores pesqueiros<sup>28</sup> da região, juntamente com a Vila de Picinguaba e a Almada, praias vizinhas, havendo entre estes bairros grande solidariedade no desenvolvimento da atividade, principalmente devido ao tipo de pesca praticado, a pesca da “*espia*” como era localmente chamada. Tratava-se de um tipo de pesca que se baseava no companheirismo, quer dizer na confiança, assim como nos conhecimentos acerca do meio natural. Esta pesca foi abandonada e substituída por outras, como relatado nesta conversa com S. Zé Lúcio, na qual ele desvenda parte do mundo da pesca: “No tempo dos antigos as rede era de algodão ou de fibra de planta da mata que a gente conhece, depois tingia em caldo de casca de pau abóbora, pra enganá os peixe que não via a rede, nós pescava mais na espia, os pessoal mais velho, eu era rapaizinho novo. A espia é ali naquele ponta, cê sabe né?, Quele ponto mais alto donde nós avistava Um companheiro ficava ali espiondo, tinha vez de passá tempão, e avisava quando o peixe vinha, tinha que entendê do assunto, vinha sempre do sul pro norte, a gente em duas canoa, cercava o peixe, espremia ele nas pedra, aí tirava com a rede por dentro, era carapau, xeréu, tirava 3, 4 canoada 15, 20 mil por mês, a cavala era a mesma coisa, 15 mil cavala, isso foi indo, indo, até enfraquecê. No tempo dos antigos, o peixe era farto e as pessoa se respeitava, tá tudo assim virado, é por isso que Deus prendeu o peixe. A moça vê que inverno danado é esse.

---

28 Pesqueiro segundo os moradores de Camburi é um lugar no mar propício à pesca, com grande fartura de peixe e que em alguns casos pode pertencer a uma ou mais pessoas, segundo acordos estabelecidos ou pelo simples costume. Os pesqueiros são identificados, isto é, têm nomes de pessoas ou acidentes naturais.

Consegui tirá 60 conto. E tem o problema das canoa, agora é uma complicação, a moça sabe, os florestal diz que vai tudo se acabá se nós tirá um pau da mata, a moça acha? Se nós depende disso! Antes a gente escolhia a madeira e mesmo fazia a canoa, que nem essa ali agora tem que comprá, e comprá com que dinheiro?” (S. Zé Lúcio, caiçara de Camburi).

Atualmente em Camburi, poucas pessoas dedicam-se à pesca. Ocorre ainda a pesca de linha e canoa, e a pesca no cerco, atualmente o único cerco existente pertence a uma pessoa que não é do bairro. Portanto, com exceção de algumas safras<sup>29</sup>, como a safra da lula que S. Zé Lúcio relata, a pesca tem contribuído pouco para a economia do bairro.

O grande motivo do abandono gradativo da pesca, não é desinteresse dos jovens, pois eles ainda encantam-se com a pesca e com o mar. O desânimo, como conta S. Zé Lúcio, é o resultado da escassez de peixes e das dificuldades em ser proprietário dos equipamentos de pesca, como por exemplo possuir uma canoa, a qual antes era feita pelo próprio pescador, com madeiras do próprio bairro, mas que hoje são proibidas de serem derrubadas<sup>30</sup>. Por esta razão a marisqueira torna-se uma idéia tão atraente, que vem ganhando força no bairro, pois o Projeto Tamar<sup>31</sup> e o Instituto de Pesca de Ubatuba vêm colaborando para a instalação destas marisqueiras.

Ainda não há estudos acerca das causas da escassez de peixes nesta região, contudo, há vários indícios de que ela esteja associada à construção da BR 101, que pode haver provocado danos ambientais ao bairro, sendo o principal deles o assoreamento do Rio da Barra, que deságua no mar. Essa hipótese é apontada por alguns dos moradores mais antigos do bairro, que conheceram o rio quando seu estuário era um importante criadouro de peixes: “...o Rio da barra, era um rio rico, era peixe que ia do rio para o mar e do mar para o rio, quando a onda do mar esta muito forte, que não dava para pescadô saí para pescá de canoa, os caiçaras fazia pesca no Rio da

---

29 Safra é a época de pesca de determinado peixe, em Camburi a safra mais esperada devido à fartura era a da tainha.

30 Devido ao Código Florestal - Lei nº4.771/95; Lei de Crimes ambientais n.º 9.605/98 e ao Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas Decreto n.º 25.341/86.

31 O Projeto Tamar - IBAMA, visa a preservação de espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no litoral brasileiro, contando com a colaboração dos pequenos pescadores. Com o sucesso e crescimento do projeto, este passou a atuar em outros setores, auxiliando os pequenos pescadores e seus bairros.

Barra, e não era peixinho pequeno, era peixe grande, todo tipo de peixe, o Rio da Barra era rico para toda espécie de peixe. Agora a moça vê, hoje não tem mais nesse rio, por que? Porque veio a Rio Santos, foi cortando a Serra e todo esse areião desceu para os rio e foi fazendo um aterro onde era a criação dos peixes. Hoje nem canoa entra, entrava barco a motor para tirá ostra do rio, hoje a moça passa de sapato e meia no pé, que é aqui na boca da barra e naquele tempo nós para passá, tirava a roupa, arrumava na cinta, punha na cabeça e atravessava de anado e vestia a roupa do outro lado. É o progresso!” (S. Genésio, caiçara de Camburi).

Uma outra hipótese colocada pelos caiçaras é que a diminuição dos peixes deve ter sido causada por um desequilíbrio provocado pela pesca imprópria, praticada por grandes embarcações, que entravam na baía de Camburi para fazer arrasto<sup>32</sup> em qualquer época, não respeitando o defeso<sup>33</sup>.

O mar está absolutamente presente na vida, e no imaginário do morador de Camburi, mesmo daqueles que não pescam. O mar diferentemente da terra, não é uma extensão de seu corpo, de sua vida, ele é um “Ser”, uma entidade de muito poder, com a qual não se deve brincar. O caiçara tem um grande respeito pelo mar, encarando-o muitas vezes como o limite, como uma barreira quase intransponível.

Inclusive as crianças, desde cedo têm uma relação de medo e de respeito para com o mar, muitas mães proibem seus filhos de ficarem na praia sozinhos. Esta relação com o mar se reflete nos desenhos das crianças feitos na areia, que demonstram sua impressão: elas representam o mundo achatado, rodeado de mar; um abismo e o mar; um mar forte e bravio como do Camburi. Existe um imbricamento conflitivo entre o imaginário construído ao longo de anos de observações, o usufruto do lugar, e o imaginário instituído pela religião. Seus saberes entram em choque com o caráter resignado da religião, que lhes diz que as coisas estão assim porque Deus quis. Entre resignado, indignado e esperançoso o caiçara de Camburi, mantém um modo próprio de viver essas situações, por isso ainda autodefine caiçara de Camburi.

---

32 Arrasto é um tipo de pesca, em geral, realizada por grandes embarcações, que com uma grande rede de malha fina, arrastam todos os peixes que estiverem no caminho.

33 Defeso é o período de reprodução de determinada espécie de peixe, quando a pesca é legalmente proibida.

## A religião, as festas, e o entretenimento

Para os moradores de Camburi a religião, católica, estava ligada os ciclos naturais e as atividades do bairro, que se manifestava nos festejos religiosos celebrando, ao mesmo tempo, boas colheitas e os dias dos santos. A festa do Divino Espírito Santo, por exemplo, ocorria em julho, quando as roças estavam quase prontas, quando o trabalho diminuía, e era o momento de pedir uma boa safra de tainha.

Com o estabelecimento no bairro da igreja “Assembléia de Deus”, que é protestante e da linha Pentecostal, se intensifica a mudança de religião entre os moradores de Camburi. Este é um processo complexo, o qual este trabalho não tem pretensão de desvendar, contudo, ele entra no bojo das profundas mudanças que ocorreram nos últimos 40 anos, e mais intensamente nos últimos 20 anos.

Segundo relato dos moradores, eles sentiram-se abandonados pela igreja católica, pois o padre quase nunca ia celebrar missas no bairro, a capela (Capela Nossa Senhora Aparecida) deixou de ser um lugar do conforto, do alívio e do encontro.

Hoje pouquíssimas pessoas se dizem católicas no bairro, e apenas uma família cuida da capela. Quase todas as famílias hoje frequentam a igreja evangélica “Assembléia de Deus” ou a “Adventista” (esta, no bairro de Ubatumirim).

Diante de tantas transformações, é preciso recorrer a alguém, e por que não a Deus?

Diferentemente do “*tempo dos antigos*”, quando a religião era um meio de agradecer e celebrar a fartura, agora ela é um subterfúgio para o desespero. O caíçara de Camburi entrou naquela igreja que tinha os braços estendidos, pelo menos para lhe dizer que “*Deus proverá*”. E se por um lado ela lhe dá conforto e abrigo, por outro lhe tira o momento da festa, do mito e das lendas. Apesar da eliminação das festas, com seu conteúdo mítico, a “Assembléia de Deus” tem também um importante papel na sociabilidade do bairro. Contudo as antigas tradições no se perderam totalmente, os antigos ritos de sociabilidade e os mitos de explicações da natureza foram reinventados por boa parte dos caíçaras de Camburi.

A conseqüência final deste processo de transformação religiosa de comunidade foi uma maior conformidade com os próprios infortúnios; Deus passa a governar sua vida e quase tudo acaba resumindo-se em “*Deus quis assim*”, mesmo quando se trata de questões que ele domina. Por exemplo, as que se referem a seu

conhecimento empírico natureza, como no caso da escassez de peixes, que o caiçara “sabe” que se relaciona à pesca das grandes embarcações e ao assoreamento dos rios depois da construção da BR 101, mas na igreja lhe dizem que Deus prendeu o peixe no fundo do mar por descontentamento.

A igreja Assembléia de Deus, no bairro há mais de 20 anos, conseguiu na última década absorver uma quantidade maior de fiéis, justamente o período no qual as proibições impostas pela legislação ambiental desestruturaram as relações entre os moradores e a natureza; o que gerou um estado de miséria, pois agricultores passaram a ser desempregados, e o desemprego provocou o aumento vertiginoso do alcoolismo. Desta forma uma das saídas foi a religião, o que gerou um estado de conformismo, pois quando se coloca a responsabilidade pelos problemas vividos cotidianamente nas mãos de Deus, retira-a das mãos da sociedade, das autoridades responsáveis.

Além da igreja, um dos poucos lugares e momentos de sociabilidade e entretenimento no bairro é o campo de futebol nos dias de jogo. Há no bairro uma grande empolgação com este esporte, inclusive as mulheres jogam. Os troféus das conquistas em jogos dentro do município de Ubatuba ficam expostos em um dos bares da praia e são motivos de grande orgulho da população. Pode-se dizer que os dias de jogos são dias de festa no bairro.

## **O tempo do turismo**

Especificamente em Camburi sempre houve um turismo diferenciado do restante do município de Ubatuba devido à dificuldade de acesso ao bairro; para chegar ao bairro é necessário realizar trilhas ou descer por uma estrada de chão batido (a partir da BR 101), sempre em precárias condições, pois o bairro situa-se entre uma estreita planície litorânea e uma encosta íngreme, trata-se na verdade de uma pirambeira<sup>34</sup> que se estende por 3Km.

A aventura de chegar ao Camburi, acampar na praia, fazer sua própria comida, ficar sem energia elétrica, sem água encanada (por alguns dias), atrai jovens aventureiros. Além dos aventureiros dispostos a integrarem-se de certa forma à vida do bairro ou a interferirem menos possível na vida de seus moradores, há também o

---

<sup>34</sup> Pirambeira é uma estrada de terra, muito íngreme.

turista disposto a adquirir uma casa no bairro, transferindo para lá seu modo de viver, ou ainda o turista baderneiro, que passa longos períodos acampado no bairro e que quase o tempo todo está alcoolizado ou sob efeito de algum entorpecente e perturbando os moradores.

Na medida em que as atividades costumeiras e o modo de vida ali desenvolvido foram sendo proibidos, e conseqüente aumento do desemprego, o número de famílias que vivem do turismo ou que o enxergam como alternativa para sobrevivência cresceu. Devido ao abandono do Poder Público, no que se refere à infra-estrutura, como transporte coletivo, postos de saúde, melhorias na estrada de acesso ao bairro, etc., o turista passou a ser um apoio com o qual conta-se nos momentos emergenciais, como quando é necessário transportar para a cidade (centro de Ubatuba ou Paraty), um doente, uma grávida, ou mesmo uma simples carona para um morador que caminha na estrada com as compras do mês. Inclusive, muitos moradores permitem que turistas acampem em seus quintais, pagando quantias irrisórias, geralmente 1 ou 2 reais. Muitos transformaram seus antigos ranchos de pesca em bares na praia como aconteceu com o Inglês, que inclusive recolheu seu cerco e hoje se dedica apenas a cuidar de seu bar e a esperar o tempo do turismo.

Uma questão polêmica no bairro sempre a possibilidade de acampar na praia. Camburi é a única praia de Ubatuba na qual o “camping selvagem”, ou seja, feito sem infraestrutura básica como banheiro ou cozinha, é permitido. Apesar de legalmente proibido pelo Decreto 52.388 de 13 de fevereiro de 1970, nem a prefeitura, nem a administração do Núcleo Picinguaba, tomaram providências a respeito do assunto. Até pouco tempo (menos de um ano) as opiniões dos moradores dividiam-se; alguns eram favoráveis a proibição deste tipo de camping no bairro, em geral, os que não trabalhavam com o turismo e por isso eram acusados, de quererem a proibição porque não tinham interesse nos turistas.

Praticamente em todas as reuniões de moradores dos últimos dois anos esta questão causou conflitos e desentendimentos entre os moradores do bairro. Porém, a despeito das controvérsias sobre o assunto, os moradores sempre foram unânimes quanto à degradação do bairro causada pelo turismo, a diferença era que alguns estavam dispostos a pagar este preço e outros não.

Da forma como vem sendo realizado o turismo, sem qualquer infra-estrutura, sem apoio da prefeitura de Ubatuba ou do Parque Estadual

da Serra do Mar, sem policiamento, contribui pouquíssimo com a economia do bairro, pois os turistas trazem quase toda comida e bebida de suas casas. Esse turismo degrada não só fisicamente o bairro, com a imensa quantidade de lixo que gera, com a destruição da vegetação de praia (o jundu), e com a poluição dos rios (com produtos químicos e excrementos), mas principalmente, degrada o modo de vida e a cultura do bairro.

Entretanto, foi elaborada uma proposta capaz de agregar as opiniões divergentes, isto é, o fechamento da praia ao camping selvagem e a implantação de um camping administrado pela associação de moradores. Após conseguirem a área para a implantação do camping, o que gerou um estímulo à união do grupo, foi pedido autorização informal para o estabelecimento do camping, depois da qual as obras começaram.

Contudo, os moradores foram multados pela polícia florestal, por infringir o artigo 5º da Lei 4.771 - Código Florestal. O fato de não terem conseguido implantar o camping indignou profundamente os moradores de Camburi. O episódio revela mais uma vez a relação conflituosa entre a população e a administração do Núcleo Picinguaba e com a polícia florestal. Revelando, assim, a incoerência dos órgãos ambientais, pois o camping da associação ajudaria sanar sérios problemas ambientais no bairro, que acontecem devido ao atual camping desordenado, que polui as águas dos rios, destrói vegetação, etc., contudo, devido aos entraves jurídicos e burocráticos nada é feito como assume o próprio diretor do Núcleo: “Deveríamos apoiar, porque vem de encontro a tudo que nós já discutimos, é uma iniciativa da comunidade, é uma obra coletiva, da Associação de Moradores, que visa resolver um problema grave ambiental, que gera renda pra população, que gera sustentabilidade sem degradação da área, é uma obra que fixa a comunidade no seu território. Todavia eu não posso, não tenho instrumentos para autorizar aquela obra. Até posso dar um parecer favorável, encaminhar pra o IF (Instituto Florestal). Eles ainda não solicitaram formalmente, o que já deveriam ter feito, mas eu não posso autorizar e caso eu faça algum tipo de vista grossa, vou estar sujeito a ser enquadrado em crime também” (Bepo-Luiz Roberto Numa de Oliveira).

Nesse jogo de “empurra empurra” entre prefeitura e órgãos ambientais, problemas como este, do tráfico de drogas ou de ausência de melhorias nas infraestrutura básica do bairro são relegados. E o turismo, atividade que consta tanto dos objetivos do Parque, quanto

dos da prefeitura do município, ao invés de ser um instrumento de desenvolvimento, pelo menos econômico, torna-se um instrumento de degradação física e humana para população de Camburi.

Contudo, fato é que, apesar de todos os problemas gerados pelo turismo, grande parte dos caiçaras acredita que ele é um mau necessário à sua sobrevivência e cada vez mais incorporam o tempo do turismo ao seu calendário de atividades já tão alterado.

Principalmente os mais jovens, que não conheceram o tempo de fartura, aderem às atividades turísticas, sem no entanto renegar suas raízes ou deixar de ser um caiçara, como acontece com Wellington: “Eu gosto daqui, queria que muitas coisa fosse diferente, mas a gente é daqui, sabe. A gente tem que aproveitar essa época pra trabalhá um pouco, e eu tô de férias da escola, mas eu sou daqui, eu conheço isso daqui, sei nadá, tirá palmito, pescá peixe, pitu, minha mãe me ensinou a pegá pitu, dá pra pegá com cofre, que é isso aqui, a gente corta a garrafa, coloca arroz ou farinha, vira a tampa e põe n’água, facinho” (Wellington, uma criança, um caiçara de Camburi).

### **Interferências num modo de vida: ações governamentais**

O bairro de Camburi, desde sua origem (há quase 200 anos), inserido na estrutura política e econômica da sociedade dominante, ainda que de forma marginal e guardando características próprias, sofreu influências desta sociedade.

A análise pretendida neste trabalho caminha na direção de analisar as relações conflitivas entre uma população tradicional campesina e a sociedade dominante. O caiçara de Camburi é parte deste contexto, pois é preciso entender “o camponês enquanto classe, ou seja compreendê-lo no contexto da sociedade brasileira em geral” (Oliveira, 1996: p. 49). Neste sentido, a partir da década de 60, o bairro passa não apenas a sofrer influências indiretas deste contexto geral, como também a sofrer interferências diretas do Poder Público Federal e Estadual.

Ora estas interferências tiveram caráter desenvolvimentista, ora conservacionista, todas estas iniciativas foram realizadas sem estudos e planejamento adequados em seus aspectos físicos, biológicos, econômicos e sociais. Exemplos desta postura ora desenvolvimentista ora conservacionista são as ações promovidas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), a construção da rodovia BR 101, e a

implantação do Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Nacional da Serra da Bocaina<sup>35</sup>.

### **A ação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)**

Durante o período de governo militar a reforma agrária, que de fato era apenas uma regularização fundiária, foi considerada uma das prioridades do regime. Para tanto, foi criado em 1964 o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), hoje Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que era subordinado diretamente à presidência da República. O IBRA não realizou nenhum projeto de reforma agrária, apenas iniciou seus trabalhos fazendo levantamentos de dados, principalmente através de cadastramento dos imóveis e sua análise. Montou-se, inclusive, um aparato dos mais avançados da época para processamento das informações. Contudo, em meio a este processo, perdeu-se o objetivo real, que era a regularização fundiária, e nada mais foi feito neste sentido.

Neste contexto, em 1965 o IBRA, promoveu no bairro de Camburi a primeira grande interferência na vida de seus moradores, pois até então, para estas pessoas a terra não tinha valor de troca e sim de uso. O sistema agrícola utilizado era de rotação de solos, ou seja, as roças eram itinerantes. A terra não pertencia a ninguém, mas sim o produto do trabalho nela conseguido, por isso, se respeitavam as roças alheias; para os moradores os limites eram bastante claros, apesar de não ser delimitadas por cercas. Porém este tipo de uso do solo era incompatível com as imposições técnicas do IBRA, que não entendiam como podia haver tanta flexibilidade nas posses.

A relação do caiçara com o fruto de seu trabalho pode ser observado neste relato: “(...) minha terra, nós nem chamava assim, a moça sabe, meu, era onde eu fazia minha roça, quando a terra enfraquecia, mudava, a mata logo cobria tudo e se depois outro fazia roça lá, eu não ligava não (...)” (Inglês, caiçara de Camburi). Contudo, os moradores tiveram mesmo que delimitar suas posses e a partir de então começaram a pagar os impostos: “(...) Nós não

---

35 Este último não foi abarcado neste trabalho, pois uma parte pequena deste parque sobrepõe-se ao PESM em Camburi e também porque este afeta muito pouco a vida dos moradores do bairro, sendo que alguns nem sabem de sua existência, pois se trata de uma Unidade de Conservação pouco implementada.

entendia (...) do dia pra noite nós tinha que pagá pelo que era nosso... mas lei é lei, nós não desobedece (...)" (Inglês, caiçara de Camburi).

Esta interferência não teve apenas cunho material e prático, pois atingiu também o campo simbólico e perceptivo dos moradores. Além da nova situação de propriedade a qual não estavam habituados, somou-se a falta de uma explicação adequada sobre as conseqüências da mudança no regimento de terras, o que gerou um grande medo e muitas dúvidas na população do bairro, criando posteriormente atritos internos.

Além do mais, como não tinham, em geral, dinheiro para pagar os impostos, tinham grande medo de perderem seus sítios e não terem o que fazer, nem para onde ir. Esse medo acabou abrindo um espaço para os especuladores imobiliários, que usavam o artifício de propor a "compra" das terras e pagar os impostos e ainda permitir que os caiçaras continuassem morando nelas, muitos caíram nesta armadilha que deu início do processo de expropriação das terras e do território caiçara, pois além de começarem a vender por quantias irrisórias as suas terras, dá-se início também à grilagem destas terras. Os moradores pensavam que estavam vendendo um pedaço pequeno de seu sítio, mas nos documentos o "comprador" ampliava as medidas do terreno abarcando assim terras de vizinhos e terras de uso comum.

Esse processo de grilagem, compra e venda de terras é intensificado na década seguinte ao levantamento do Ibra com o advento da construção da Rodovia BR 101.

### **A construção da BR 101**

A construção desta rodovia aparece no bojo das ações desenvolvimentistas, das décadas de 60 e 70. Dentre as mudanças que aconteciam em todo o país um dos fatos mais importantes foi a consolidação do predomínio da população urbana sobre a rural; grandes obras foram realizadas para produção de energia elétrica, se acentuou a industrialização do país, implantaram-se projetos de "colonização" de áreas "despovoadas", e foi implantado um amplo plano rodoviário.

Dentro deste plano foi construída rodovia BR 101, a Rio-Santos como ficou mais conhecida, autorizada no ano de 1967, foi concluída em 1975. A mesma foi concebida para atender as necessidades de escoamento da produção e das relações estabelecidas entre dois

grandes pólos econômicos do país, São Paulo e Rio de Janeiro (passando por alguns portos) e com um efeito secundário de facilitar o turismo na região.

O trecho da rodovia que passa pelo bairro de Camburi só foi concluído por volta de 1975. Entretanto, antes mesmo de iniciadas as obras, ela atraiu o interesse de especuladores imobiliários em explorar a bela e “isolada” região do litoral norte paulista (e sul fluminense). Para tanto, era necessário garantir a posse das terras que logo seriam valorizadas para fins turísticos, ou seja, era necessário adquirir-las das populações que as habitavam, em geral, há séculos.

No Camburi, assim como em quase todos os bairros da região, efetivamente, boa parte das terras foram vendidas a estes grandes especuladores ou a turistas que queriam montar suas casas de veraneio. Muitos venderam enganados, ou seja, não sabiam que estavam vendendo porque não sabiam ler e escrever, outros sabiam que vendiam, mas não tinham noção de quanto suas terras valiam, outros ainda, foram coagidos e não são poucos os relatos de coação, de violência contados pelos moradores de Camburi.

Portanto, após a ação do Ibra e da construção da BR 101 a estrutura fundiária da região e especificamente de Camburi sofre grande modificação. Se antes existiam grandes posses ou sítios como chamavam os caçaras, hoje a planta fundiária do bairro mostra um quadriculado de pequenos e grandes terrenos. Embora ninguém tenha documentos que comprovem propriedade da terra (nem morador tradicional, nem os que vieram de fora), o que legalmente quer dizer que as terras pertencem ao Estado, há uma situação de fato estabelecida e para a qual existe um processo correndo na justiça brasileira acerca da situação das terras neste bairro, contudo, trata-se de um processo lento que pode arrastar-se por décadas.

Além dos problemas fundiários a construção da rodovia foi feita sem estudos e planejamento adequados o que provocou a divisão do bairro de Camburi, assim como quase todos os outros do município de Ubatuba, separando-os em duas partes, interferindo, assim, em sua territorialidade e sociabilidade.

No Camburi a rodovia se transformou em uma linha demarcatória. O bairro foi fragmentado direta e indiretamente, houve alterações na relação que os moradores desenvolviam em seu território.

A construção da Rio-Santos permitiu que as relações passassem a estabelecerem-se por meio dela. Abandonaram-se as trilhas e

também o encontro na praia para o comércio e transporte por canoa até outras praias ou até Ubatuba. A praia foi deixando de ser um lugar de encontro. A BR torna-se um referencial tão marcante, que é lembrada em qualquer conversa. O ponto de ônibus ou o terminal da empresa que realiza o transporte no município, passam a ser pontos de encontro ocasional, o que fica claro na fala deste morador: “(...) a gente chega na BR e pronto, vai pra cidade, vai pra Paraty, trindade e volta (...) sempre a gente encontra alguém no ponto da BR ou no terminal de ônibus, troca uma prosa, sabe como é, né?” (Moisés, caíçara de Camburi).

Além dos impactos sócio-culturais causados pela Rodovia, houve também impactos ambientais. As obras feitas apressadamente, sem realizar estudos de impacto sobre o meio ambiente. A consequência das obras foi a destruição da vegetação, a implosão de rochas, a morte de animais, cortes nos morros, e alteração das drenagens.

No caso de Camburi, que se localiza numa encosta íngreme, o corte para instalação da estrada, causou vários problemas de instabilidade dos terrenos, com alta probabilidade de deslizamentos, e também houve alteração no padrão local de drenagem, causando problemas de assoreamento, inclusive no principal curso do lugar, o rio Camburi, que dá seu nome ao bairro, mais conhecido pelos caíçaras como Rio da Barra. Segundo os moradores mais antigos este rio era, antes da BR, navegável (por pequenas embarcações), hoje seu fundo raso e cheio de areia não permite navegação nem por canoas. Apesar dos problemas gerados pelas mudanças em relação às drenagens interrompidas, estes só não são maiores, porque há água em abundância; por outro lado mesmo que não existindo estudos técnicos que o comprovem os moradores assinalam que a diminuição do fluxo d'água no rio principal, que desemboca no mar, contribuiu para a escassez de peixes na baía de Camburi.

### **Criação do PESM-Núcleo Picinguaba**

Depois do período no qual as ações do Poder Público tiveram cunho eminentemente “desenvolvimentista”, seguiu-se uma nova tendência, imposta pelas instituições internacionais para liberação de financiamentos e empréstimos. Uma das exigências era a intensificação da criação de Unidades de Conservação, que visassem a

proteção da natureza, antes destruída sem maiores problemas em nome do progresso. Essa atitude que em princípio parece estar em oposição ao desenvolvimentismo, pois se trata de uma postura “conservacionista”, não o era de fato, a origem das duas posturas é quase a mesma. A sociedade urbano-industrial vê a natureza apartada de si, como “recurso natural”, desenvolvendo um uso intenso e abrangente dos recursos naturais devido principalmente ao industrialismo. A partir de certo momento, diante da esgotabilidade destes recursos e da necessidade de áreas de “natureza intocada”, onde possa aliviar as tensões da vida moderna, do modo de vida por ela mesma constituído, passa a reservar áreas, verdadeiras “ilhas” de natureza, onde o homem deve figurar apenas como visitante.

Novamente é a sociedade dominante, com sua visão de homem e natureza separados, que predomina na reserva destas áreas para seu próprio usufruto. Ignorando, como na época desenvolvimentista, a existência de populações humanas que mantinham outro tipo de relação com a natureza e entre eles próprios. Dentro deste contexto e com o objetivo específico de preservar os remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados, e com objetivos suplementares de fornecer à população do Estado de São Paulo uma grande área de lazer, educação ambiental e pesquisa científica, foi criado pelo Decreto 10.251, em 1977, o Parque Estadual da Serra do Mar, cujos limites foram alterados pelo Decreto 13.313, em 1979, devido a incorporação da área de 8.000 hectares, denominada Núcleo Picinguaba. Os núcleos são regiões administrativas dentro do parque, autônomos entre si, submetidos ao Instituto Florestal, órgão que controla os parques do Estado.

A criação desta Unidade de Conservação (hoje com 310.000 ha), não contou com estudos adequados dos aspectos físicos, biológicos, e muito menos socioculturais, para determinação de seus limites e funções. Em momento algum foi levada em consideração a especificidade do Brasil e das regiões que o Parque abrangeria. Os Parques Estaduais, assim como os Nacionais e outras modalidades de Unidades de Conservação no país, seguiram os moldes dos Parques Nacionais Norte-americanos, cujo exemplo mais conhecido e considerado um marco na história ambientalista, é o Parque Nacional Yellowstone, criado em 1872, refletindo o ideal “wilderness”, “vida selvagem intocada”, onde homem e natureza eram vistos como elementos separados.

A incorporação do Núcleo Picinguaba ao Parque Estadual da Serra do Mar, foi um assunto controverso, pois um dos argumentos utilizados foi a existência de *populações tradicionais*, de uma “cultura caiçara” que deveria ser incentivada e preservada. A incorporação aconteceu devido à pressão realizada por um grupo de técnicos da Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), que durante a década de 70 atuou na região (Litoral Norte Paulista), ficando conhecido como o “grupo da terra”. A intenção destes técnicos, que trabalhavam com a questão fundiária, era conter a especulação imobiliária, já acentuada naquela época, e garantir a permanência das populações em suas terras.

Entretanto, as coisas não aconteceram como o “grupo da terra” esperava. A especulação imobiliária de fato diminuiu, mas, estas populações tiveram suas vidas alteradas, pois foram incorporadas numa Unidade de Conservação do tipo Parque Estadual, uma categoria de Unidade de Conservação de uso indireto e restritivo, o que implicou a impossibilidade do uso produtivo da terra.

O regulamento dos Parques Estaduais paulistas é bastante restritivo, nele se proíbe a coleta de qualquer produto ou espécime vegetal da mata (frutos, sementes, raízes, plantas, madeiras), a caça, bem como ao plantio de qualquer espécie vegetal, principalmente exótica ao ecossistema, impede-se também a prática de queimadas, e a realização de quaisquer obras de construção civil, bem como a existência de moradias ou criação de animais. A imposição deste regulamento significou uma drástica mudança na reprodução do modo de vida tradicional, os moradores caiçaras, mesmo vivendo na área antes da criação do Parque, viram suas atividades cotidianas transformadas em ilegais. A população de Camburi, com um modo de vida diferenciado daqueles que estabeleceram o regulamento dos Parques Estaduais Paulistas, foram surpreendidos com proibições de práticas comuns no seu dia a dia.

As atividades agrícolas, as mais importantes para o bairro, foram as mais afetadas. O tipo de agricultura realizado em Camburi, há quase 200 anos, infringia vários artigos do referido regulamento. Outras atividades, por exemplo a extração de produtos da floresta, como cipós, frutas, madeiras, plantas em geral e a caça de animais silvestres, também foram terminantemente proibidos, contudo, estas proibições são facilmente burladas. Enquanto outras proibições são impossíveis de serem realizadas sem punição, como é o caso da permanência das roças, pois estas são formas de territorialização, são

demonstrações concretas da cultura no espaço, bem como sua casa, que também é ilegal.

No Núcleo Picinguaba as construções já existentes, como as tradicionais casas de pau-a-pique caiçara, deveriam permanecer inalteradas, pois passaram a fazer parte do patrimônio cultural. Quaisquer reformas, como por exemplo a construção de um banheiro (que ainda hoje, boa parte das casas não possui), devem ter autorização expressa da administração do Núcleo, que em geral não é dada.

As proibições do parque, praticamente extinguíram costumes como a da abertura de um novo sítio próximo a casa dos pais, após o casamento. Afinal um sítio implica na construção de uma nova casa e área de roça, esta é uma das situações que mais indignam os moradores do bairro, promovendo a desagregação familiar, pois não tendo a possibilidade de estruturar suas vidas no bairro, muitos jovens casais migram em busca de oportunidades.

Os caiçaras, em momento algum foram consultados acerca destas mudanças e também não foram indenizados para que saíssem. Posteriormente, quando o Núcleo já estava implantado efetivamente, inclusive com seus funcionários já atuando, muitos discursos foram realizados, reuniões com os moradores, contudo, há uma grande diferença entre os modos como estas duas partes enxergam a situação. A relação entre os caiçaras de Camburi e as sucessivas administrações segue-se tensa até hoje. Muitos projetos foram elaborados, como a capacitação de moradores tradicionais do Núcleo para serem monitores de ecoturismo ou a contratação destes moradores como funcionários do Parque, além ainda de reuniões, workshops, encontros, para discussão dos conflitos entre a população moradora e o Parque.

Mas fato é que, o único documento legal a respeito de normatizações e usos em um Parque Estadual, continua a ser o regulamento dos Parques Estaduais Paulistas de 1986 e este não prevê concessões a estas populações. A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, assim com seus órgãos e institutos subordinados, não têm uma postura definida acerca de como avançar para a resolução destes conflitos. Falta portanto, suporte jurídico para qualquer mudança deste quadro, o que é um processo longo e burocrático, que só avançará por meio de pressões destas populações junto com a sociedade civil. Esta situação conflitiva fica clara na resposta dada pelo então diretor do Núcleo Picinguaba, questionado acerca da posição do Núcleo, do Instituto Florestal em relação as

populações que vivem na Unidade de Conservação: É difícil falar da posição do Núcleo porque institucionalmente isto nunca foi oficializado e isso cria dois problemas: o primeiro é a diferença entre o discurso e a prática do órgão gestor e o outro problema que é consequência deste é justamente o descrédito e as frustrações que este tipo de discurso dúbio gera. Então, por tudo isso, é difícil dizer qual é a posição do Parque, porque ela não existe, isso é um problema” (Luiz Roberto Numa de Oliveira).

Portanto, a relação entre a administração do Núcleo Picinguaba e as populações moradoras segue-se conflituosa. A cada tentativa de conciliação de interesses frustrada aumenta o caminho para se chegar a resolução dos conflitos.

Uma das recentes tentativas frustradas foi a elaboração do Plano de Gestão Ambiental do Núcleo Picinguaba, um documento que deveria resultar em um Plano de Manejo, que é o diploma legal que determina as atividades dentro de uma Unidade de Conservação Ambiental. O Plano de Gestão foi elaborado em 1998, inclusive com a participação das populações moradoras e sinalizava para o atendimento de várias reivindicações destas, contudo, até agora o Plano não saiu do papel, nem ao menos tornou-se Plano de Manejo, e as quase conquistas dos moradores voltam a ser meras esperanças que dependem da burocracia do Estado.

### **Da expropriação das terras às alternativas de permanência**

Do *“tempo dos antigos”*, que era o tempo da fartura e do bem estar coletivo do qual os caiçaras de Camburi falam com tanta saudade aos *“tempos de hoje”* que é da escassez e da desagregação comunitária muito se passou e sem dúvida o processo de expropriação das terras destes camponeses iniciada com a ação do Ibra e continuada com a construção da BR e a implantação da Unidade de Conservação Ambiental neste bairro foi fundamental.

A expropriação deu-se prática e simbolicamente e mesmo que estes camponeses não tenham sido expulsos efetivamente de suas terras seu modo de vida sofreu abalos profundos, há aspectos de suas tradições que provavelmente perderam-se definitivamente, contudo, há em muitos destes camponeses uma determinação em permanecer em sua terra, uma determinação, talvez apenas uma esperança que os fizeram reinventarem-se e buscarem alternativas para sua existência,

o que aconteceu após um levantamento fundiário realizado pela Fundação Itesp (Instituto de terras do Estado de São Paulo), no qual moradores tradicionais e pessoas de fora que compraram posses no bairro tiveram que provar legalmente serem donas das áreas que declararam. Este processo causou muito medo e indignação nos moradores tradicionais, pois era mais uma ação do Estado sobre suas vidas, contudo este levantamento teve dois aspectos importantes: primeiro motivou a reorganização comunitária e em segundo este levantamento deu início a um processo de Ação Discriminatória que corre hoje na justiça e deve resultar na regularização fundiária do bairro.

Duas das alternativas levantadas com a reorganização comunitária foi a reivindicação de parte dos moradores de Camburi de reconhecimento do território do bairro como remanescente de quilombo e a outra foi a pressão para a realização para a reclassificação da área da Unidade de Conservação que coincide com o território do bairro.

### **Mudança para terra de quilombo**

Uma proposta que vem ganhando corpo e força no sentido de promover a resolução dos conflitos entre a população e a legislação ambiental, é retirar a área do bairro do perímetro da Unidade de Conservação na qual está inserido, e transformá-la em *Terra de Quilombo*. A proposta baseia-se na Constituição brasileira, promulgada em 1988, e que no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reconhece a propriedade das terras ocupadas por comunidades quilombolas, sendo o Estado obrigado a emitir-lhes títulos pertinentes:

Artigo 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

Conforme o relatório técnico<sup>36</sup> já realizado no bairro, a origem dos moradores tradicionais de Camburi, encontra-se ligada aos antepassados negros - escravos fugidos que ali se fixaram, pois mesmo após quase 200 anos de miscigenações e de desenvolvimento de seu

---

36 Este relatório é o documento que atesta que uma dada comunidade é remanescente de quilombo.

próprio modo de vida, a população de Camburi enquadrar-se-ia no perfil de comunidade remanescente de quilombo.

Entretanto uma parte da população de Camburi não é favorável a proposta de tornar o bairro uma área quilombola. Apesar da profunda mistura entre as famílias que deram origem ao bairro, muitos moradores fazem questão de frisar que são descendentes de índios, e os que têm origem negra, referem-se aos antepassados com orgulho, pois tratam-se sempre de negros fugidos, desbravadores e valentes, suas memórias estão calcadas no patamar da liberdade e não da escravidão, que a todo custo tentam esquecer. Contudo, não se trata simplesmente de um preconceito dessa parcela da população que não aceita ser quilombola, há que se analisar essa recusa em assumir uma identidade que lhes garantiria maior autonomia dentro do contexto da sociedade brasileira, ou seja, há que se perguntar qual foi o papel do negro nesta sociedade desde a abolição da escravatura. Na resposta se encontrará muita discriminação e marginalidade.

A população de Camburi ao assumir uma identidade caiçara, construiu sua história dentro da liberdade e da igualdade entre negros, índios e brancos que naquele território misturaram-se.

Além do mais há uma desconfiança, fruto das expectativas frustradas, das injustiças dos últimos anos, provocadas pelo Poder Público. Eles temem que a condição de quilombola não mude a atual situação, temem continuar proibidos de realizar suas atividades tradicionais.

Apesar desta ser a saída que teoricamente melhor se encaixaria às condições do bairro, esta não é uma solução mágica que resolverá os problemas dos moradores, principalmente porque eles não estão unidos entorno desta solução e enquanto isto acontecer o processo de reconhecimento das terras permanecerá parado.

### **Reclassificação da área**

Uma outra proposta é a reclassificação da área ocupada pelo bairro dentro da Unidade de Conservação Ambiental –Parque Estadual Núcleo Picinguaba. Nesta proposta o perímetro do bairro seria retirado do Núcleo e re-classificado como uma modalidade de Unidade menos restritiva para os moradores.

Isto é o que defendem os moradores que não querem assumir uma identidade quilombola. Contudo, é uma solução burocraticamente,

legalmente mais difícil e bem mais demorada e que depende de união do grupo e força política. Contudo, devido à pressão exercida neste sentido já houve conquistas para a população do bairro, pois foi formulado pela direção do Núcleo Picinguaba um Plano de Manejo Emergencial para o Camburi, o qual, de acordo com sua redação abre caminho para a reclassificação da área do bairro.

### **Considerações finais**

Neste período de pesquisa, de convívio em Camburi, variadas problemáticas foram observadas e ao longo do processo investigativo foi se percebendo como todos, de uma forma ou de outra, estavam interligados.

Mais do que uma população tradicional em uma Unidade de Conservação, Camburi é um exemplo do descaso da sociedade urbana industrial, do Poder Público, que ainda não aprenderam a lidar com as diferenças. Esta população, assim como tantas outras no Brasil, foi marginalizada no processo de “desenvolvimento” do país, porém, ela teima em existir, recriando, reinventando seu modo de vida que ao longo dos últimos 40 anos sofreu tantas interferências e conseqüentes transformações.

O conflito dos caiçaras com a Unidade de Conservação, na qual foram inseridos, está longe de terminar. Seria necessário que mudanças mais amplas acontecessem, como a de categoria de Parque Estadual para uma outra mais adequada à situação existente, ou o reconhecimento do bairro como “Terra de Quilombo”, ou simplesmente a retirada do bairro do perímetro do Parque. Entretanto, essas medidas exigem vontade política, e esta só existe diante de pressão. Então, pode-se perguntar: por que eles não se organizam e lutam? E a resposta é bastante simples, a luta pela sobrevivência diária, desagregou esta população, que ainda, a passos lentos, está redescobrando a união. O Poder Público de uma forma ou de outra, criou um grande problema que prejudica a sobrevivência destas pessoas e abstém-se de resolvê-lo, não assumindo postura alguma a respeito do assunto.

O problema fundiário, apesar de encaminhado, visto que está em andamento a Ação Discriminatória, é uma questão fundamental na vida dos caiçaras, afinal, seu modo de vida está calcado na família e na terra, e para ele a perda de uma leva conseqüentemente à perda da

outra, pois a família é quem faz a terra produzir e a terra só é necessária se a família existir. Assim, a terra é um elemento essencial em sua cultura, por esta razão a possibilidade de perde-la desgasta ainda mais a já difícil vida desta população e gera o medo de que as futuras gerações não saibam lidar com a terra e que a cultura perca-se.

Assim, tanto a questão do conflito com a Unidade de Conservação, quanto a da regularização de suas terras acabam por misturarem-se, pois envolvem a posse e o uso da terra, da qual o caiçara vem sendo expropriado material e simbolicamente. Quando o caiçara é tolhido no uso de sua terra, seu modo de vida sofre sérios abalos, pois tanto quanto a família a terra é um alicerce fundamental neste modo de vida.

Portanto, pode-se dizer que se tratam de questões centradas em “modos de vida” distintos. O caiçara de Camburi, membro de uma população tradicional, tem valores fortemente ligados à natureza, à terra e à família, entrando em choque com os valores da sociedade dominante e como tal, esta impõe-se em ações hora de cunho desenvolvimentista, hora de cunho conservacionista, visando sempre seu próprio bem estar, a despeito do que aconteça com outras populações.

Principalmente no que diz respeito às ações conservacionistas, nas quais entra em jogo a forma como as duas partes enxergam a natureza, as diferenças tornam-se claras. Pois a sociedade dominante, vê-se apartada da natureza e historicamente apropriou-se dela de forma intensa e abrangente, como seu modo de vida exigia e autoritariamente passa a reservar áreas para sua recreação e lazer, ignorando que outras populações já usavam de uma outra forma essas mesmas áreas.

E a essência desses modos distintos, reside na relação entre homem e natureza, pois o homem não se relaciona com a natureza em si, mas sim com a natureza por ele construída e a partir daí com os outros homens.

O caiçara de Camburi, ao longo de sua permanência no bairro desenvolveu técnicas e saberes, observando a natureza e recebendo a herança do conhecimento familiar, que o levaram a manter uma vida harmônica com a natureza da qual ele via-se como parte integrante. Assim, este caiçara não entende a postura contraditória da sociedade dominante que de uma hora para outra o proíbe de continuar mantendo o modo de vida que preservou durante gerações aquelas áreas, hoje consideradas tão importantes para a biodiversidade global.

O caiçara de Camburi membro de uma *população tradicional camponesa*, apesar de seu modo de vida diferenciado, nunca esteve isolado do restante da sociedade brasileira, contudo ele foi marginalizado dentro desta sociedade mais ampla, não só no que diz respeito à criação de uma Unidade de Conservação em suas terras, mas também nos que se refere à infra-estrutura básica, a qual todo cidadão tem direito. Até hoje o bairro não conta com energia elétrica, água encanada ou tratamento do esgoto; não há nenhum telefone no bairro; também não há transporte coletivo e a estrada de acesso ao bairro está em péssimas condições; a única escola é multiseriada e só atende alunos até 4<sup>a</sup> série primária e o posto de saúde funciona precariamente.

Contudo, apesar da difícil situação enfrentada por esta população, ela não quer abrir mão de seu lugar, de seu território e por esta razão ela reinventa seu modo de vida e mesmo com a desagregação comunitária promovida pelos conflitos enfrentados nos últimos 40 anos, ela está sempre em busca de alternativas que garantam sua permanência, bem como sua sobrevivência enquanto caiçaras que são, como por exemplo a tentativa de instalação do camping da Associação de Moradores, que é também um exemplo do descompasso existente entre discurso e prática dos órgãos ambientais em relação às populações tradicionais. Bem como outras iniciativas, como o “Projeto Marisqueira”, que alguns pescadores estão iniciando com o apoio do Instituto de pesca de Ubatuba e do Projeto TAMAR-IBAMA, que é uma tentativa de reestruturar a pesca no bairro, assim como os laços de camaradagem entre os pescadores, pois com a implantação da marisqueira, alguns tipos de peixes voltarão à baía de Camburi, atraídos pelos mariscos, o que pode propiciar uma nova intensificação da pesca, que hoje ocorre apenas no cerco e de forma reduzida; a “escolinha do Jambeiro” é uma iniciativa que envolve as crianças e que visa a melhoria da vida no bairro, trata-se de um projeto educacional que pretende a valorização da identidade caiçara e de sua cultura; e por fim, “as costureiras do Camburi”, que confeccionam, tartarugas de pano e areia, pesos de porta, vendidos com grande sucesso nas lojas do Projeto TAMAR, uma pequena idéia que rendeu frutos, já que este trabalho, assim como de outros artesãos passou a ser valorizado, acontecendo um início de resgate dessas atividades, que ainda podem gerar renda aos moradores.

Todas essas iniciativas simbolizam o esforço desta população para continuar a existir dignamente. É o morador reivindicando para

si o seu lugar, descobrindo novas formas de territorialização. Contudo, há muito mais por acontecer, principalmente no que se refere à organização coletiva, à motivação e à mobilização destas pessoas que ainda se assumem caiçaras, mas que em muitos momentos param diante de obstáculos ainda sem saberem se olham para o passado ou para o futuro.

## **Bibliografia**

- Brandão, Carlos Rodrigues 1984 *Pesquisa participante* (Brasil: Editora Brasiliense).
- Calvente, Maria Del Carmen M. H. 1993 *No território do azul marinho, a busca do espaço caiçara*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Brasil).
- Candido, Antonio 1971 *Os parceiros do rio bonito* (Brasil: Livraria Duas Cidades), 2º edição.
- Diegues, Antonio Carlos Sant'ana 1994 *Mito Moderno da Natureza Intocada* (Brasil: NUPAUB/USP).
- Diegues, Antonio Carlos Sant'ana y Nogara, José Paulo 1994 *Nosso Lugar Virou Parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá parati-RJ* (Brasil: NUPAUB/USP).
- Firth, Raymond 1974 *Elementos de Organização Social* (Brasil: Zahar).
- Mançano, Candice Filipak 1998 *Quem matou esse rio, hoje proíbe a gente de plantá* (Brasil: Relatório de Qualificação, Unicamp).
- Marcílio, Maria Luiza 1986 *Caiçara, terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba* (Brasil: Edições Paulinas/CEDHAL).
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino 1996 *A Agricultura Camponesa no Brasil* (Brasil: Contexto).
- Raffestin, Claude 1993 *Por uma geografia do poder* (Brasil: Ática).
- Sampaio, T. 1987 *O Tupi na geografia nacional* (Brasil: Editora Brasileira).
- Vianna, Lucila Pinsard 1996 *Considerações críticas sobre a constituição da idéia de população tradicional no contexto das Unidades de Conservação*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Brasil).
- WCED 1986 *Nosso futuro comum* (Brasil: Fundação Getúlio Vargas).